

Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sábado, 21, a segunda-feira, 23 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.169

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Vilma vai instalar a segunda linha na unidade de biscoitos em Betim

ECONOMIA **Investimento em torno de R$ 90 milhões será destinado pela empresa à fabricação de recheados e rosquinhas**

Para instalar a segunda linha de produção na fábrica de biscoitos em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a Vilma Alimentos realizará um investimento em torno de R$ 90 milhões. Com previsão de iniciar operação entre o fim de 2025 e o início de 2026, a nova linha será destinada ao processamento de recheados e rosquinhas, com capacidade de 1,5 mil toneladas por mês. A estimativa é de geração de 150 empregos.

Os planos de expansão foram anunciados pelo vice-presidente e membro da quarta geração da família fundadora da companhia, Thiago Costa, em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio. Segundo executivo, a intenção é chegar a cinco linhas de produção em Betim. Ele explica que a fábrica já tem espaço suficiente para abrigar mais quatro divisões, com aportes apenas em maquinários. Até 2030, o dirigente espera ter três linhas na unidade.

A empresa espera abocanhar, em seis anos, entre 30% e 40% do mercado mineiro de biscoitos, A fatia atual é de 8%. "Vamos faturar cerca de R$ 1,3 bilhão neste ano, e o nosso objetivo é, em 2030, chegar ao faturamento de R$ 2 bilhões", afirma o vice-presidente. PÁG. 3



A nova linha da Vilma Alimentos em Betim terá capacidade para produzir 1,5 mil toneladas de biscoitos por mês FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO/ THYAGO HENRIQUE

Responsabilidade inclui Agenda 2030 nas eleições

PÁG. 11

Wabtec fornecerá 7 locomotivas para a VLI Logística

PÁG. 7



Com complexo em Uberaba, Manoel Duarte Ferreira planeja aumentar a atuação no Sudeste e Centro-Oeste FOTO: DIVULGAÇÃO / LUCAS VIEIRA

Sulgesso aportará R$ 104,5 milhões em planta em Uberaba

A Sulgesso Indústria e Comércio S.A., fabricante de fertilizantes especiais com sede em Imbituba (SC), e a Prefeitura de Uberaba assinaram protocolo de intenções, com investimentos de R$ 104,5 milhões, para implantar um complexo industrial no município. O diretor-presidente da Sulgesso, Manoel Duarte Ferreira, afirma que a empresa busca ampliar a atuação no Sudeste e Centro-Oeste. PÁG. 6

Produção mineira de leite responde por 26,6% do volume total do País

Com participação de 26,6% na produção nacional, o leite foi o principal destaque da pecuária mineira no ano passado. O Estado atingiu o maior Valor Bruto da Produção (VBP) dos produtos do segmento, superando a marca de R$ 25 bilhões. Desse montante, R$ 21,5 bilhões, que correspondem a 85,7%, vieram da produção leiteira, aponta pesquisa do IBGE. O volume em Minas ficou em torno de 9,42 bilhões de litros, com ligeira alta frente a 2022 (0,63%). Porém, o número de vacas ordenhadas foi de 3,05 milhões de cabeças, com redução de 2,98% em relação ao ano anterior. PÁG. 10



O número de vacas ordenhadas caiu 2,98% em MG FOTO: DIVULGAÇÃO / SALVADOR SCOFANO

Indústria de cerâmica opera com ociosidade entre 30% e 40% em Minas Gerais

A indústria mineira de cerâmica prevê fechar 2023 com crescimento de 6%. O presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica para Construção e Olaria no Estado de Minas Gerais (Sindicer-MG), Ralph Perrupato, avalia que o avanço poderia ser maior se a construção civil tivesse operando em um ritmo melhor neste ano. "Na época da pandemia, as fábricas estavam produzindo com 100% da capacidade. Hoje, estão na faixa de 60% a 70%", ressalta o dirigente, ao alertar para a ociosidade elevada do setor, de 30% a 40%. PÁG. 8



O setor de cerâmica prevê crescimento de 6% neste ano FOTO: DIVULGAÇÃO / ANICER

ARTIGOS

EDITORIAL

Depois de uma espera de pelo menos duas décadas, as obras de construção da linha 2 do metrô de Belo Horizonte recomeçaram, com previsão de início dos serviços dentro de quatro anos. Investimentos diretos da União, estimados em R$ 2,8 bilhões e pouco mais de R$ 400 milhões provenientes de compensações da Vale garantem a retomada das obras. Cabe esperar que este seja apenas um primeiro passo, antecipando a abertura de novas frentes de trabalho e possibilitando que os trilhos do metrô avancem em direção à região hospitalar, ao hipercentro, à Pampulha e de lá até a Cidade Administrativa. PÁG. 2

DÓLAR DIA 20

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5210	R$ 5,5210
TURISMO	R$ 5,5480	R$ 5,7280
PTAX (BC)	R$ 5,4769	R$ 5,4775

EURO DIA 20

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1111	R$ 6,1123

OURO DIA 20

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.622,30
BM&F (g)	R$ 461,79

TR dia 21	0,0745%
POUPANÇA dia 21	0,5749%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

16/09	17/09	18/09	19/09	20/09
+0,18	-0,12	-0,90	-0,47	-1,55

OPINIÃO

A Contabilidade na atualidade: desafios e oportunidades

Suely Maria Marques de Oliveira
Contadora e presidente do CRCMG

A Contabilidade, uma das disciplinas mais antigas da história, tem evoluído significativamente ao longo dos anos. Desde os métodos tradicionais de registro em livros contábeis até a era digital, a Contabilidade contemporânea enfrenta novos desafios e, ao mesmo tempo, abre portas para oportunidades inéditas. Este artigo visa explorar o cenário atual da Contabilidade, suas principais tendências e como os profissionais da área podem se preparar para o futuro.

Com o advento da tecnologia, a Contabilidade passou por uma transformação profunda. O uso de softwares contábeis, automação e inteligência artificial (IA) tem mudado a forma como as empresas gerenciam suas finanças. A automação de processos simplifica tarefas rotineiras, como reconciliações bancárias e lançamentos contábeis, permitindo que os contadores se concentrem em análises e consultoria.

A Contabilidade moderna, portanto, não se limita mais a números. Com a análise de dados, os contadores podem oferecer insights valiosos para a tomada de decisões estratégicas. A gestão de dados na nuvem proporciona maior segurança e acessibilidade, permitindo que as empresas acessem informações financeiras em tempo real.

Entretanto, embora a digitalização traga inúmeras vantagens, também apresenta desafios significativos. Por isso, é crucial que os contadores se mantenham atualizados com as novas tecnologias e práticas contábeis. A falta de especialização em áreas digitais pode ser um obstáculo, o que torna a capacitação profissional essencial.

Além disso, as constantes alterações nas leis tributárias exigem vigilância contínua para garantir a conformidade e evitar multas que podem impactar os resultados das entidades. Nesse cenário, os contadores não mais desempenham apenas funções tradicionais: eles estão se posicionando como consultores estratégicos, oferecendo orientações sobre crescimento e desempenho.

Como consequência, a demanda por formação e capacitação contínua crescendo, criando oportunidades para aqueles que desejam ensinar ou mentorar outros profissionais.

Paralelamente, à medida que a Contabilidade se torna mais digital, a proteção de informações sensíveis se torna uma prioridade. Além de desenvolver habilidades em análise de dados para oferecer insights valiosos, a ética na gestão de dados é essencial para manter a confiança dos clientes e o cumprimento das normas e regulamentos.

A Contabilidade também está em constante adaptação às tendências emergentes. As empresas estão cada vez mais preocupadas com a sustentabilidade, e o impacto ambiental nas práticas financeiras ganha relevância. A ascensão das criptomoedas exige que os contadores entendam e integrem novas tecnologias nas práticas contábeis, especialmente no que diz respeito à transparência e à segurança das transações.

Portanto, a Contabilidade atual é uma prática dinâmica e multifacetada, que exige dos profissionais não apenas conhecimento técnico, mas também habilidades para navegar em um ambiente em constante mudança. Ao abraçar a transformação digital e se adaptar às novas demandas do mercado, os contadores podem não apenas superar os desafios, mas também aproveitar as oportunidades que surgem. O futuro da Contabilidade é promissor, e aqueles que se prepararem adequadamente estarão bem posicionados para liderar essa evolução. %,

A causa é a nossa casa

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"O meio ambiente é a herança de nossos filhos, não uma propriedade de nossos pais." (Provérbio africano)

As mudanças climáticas extremas chegaram mais cedo do que se supunha. Fizeram-se amarga realidade. As tormentas e inundações no Rio Grande do Sul, somadas agora às secas causticantes e à pandemia de incêndios florestais irrompidas na paisagem brasileira devem ser vistas, com temores como advento daquilo que muitos denominam o "novo normal". Noutras palavras: vêm vindo aí mais cataclismos. Todas as instituições precisam se aparelhar para enfrentá-los.

Todas as paragens deste nosso belo planeta azul, tão maltratado pelo desmazelo de seus povoadores, registram na hora presente diversificadas ocorrências climáticas que colocam em risco as pessoas e seus pertences, ou seja, ameaçam seriamente a vida humana e nossas conquistas.

Estiagens prolongadas, ondas de calor, queimadas intensas, umidade do ar abaixo de padrões toleráveis, inundações, violentas tempestades, têm causado situações de feroz dramaticidade. Vamos buscar na África, esquecida dos homens e, às vezes, até dos próprios deuses de sua devoção religiosa, um exemplo bastante cruel do que vem ocorrendo numa área territorial atingida em cheio pela inclemência das variações climáticas. A opinião pública mundial tomou ciência, estarrecida, de que num país localizado no sudeste do continente, já açoitado por problemas sociais, políticos e econômicos, por conta das intempéries climáticas, a fome atingiu grau inimaginável de degradação. Faltando cereais nos armazéns, produtos vegetais nas feiras e mercados, as autoridades ordenaram fosse colocado em execução um esquema de abate indiscriminado de animais selvagens, elefantes, leões, tigres, crocodilos, girafas e assim por diante para distribuição de postas de carne à população faminta. Escusado registrar a contribuição significativa do fator desigualdade social, sempre imperante na distribuição das riquezas provenientes do laboro humano, para a deplorável circunstância relatada.

As anomalias climáticas observadas na geografia brasileira apontam aspectos merecedores de atenção especial. Um deles é o fato de as queimadas eclodirem ao mesmo tempo em todos os biomas. Isso aconteceu pela primeira vez. Por outro lado, revelam-se fortes as evidências de que, em alguns lugares, os focos de incêndio surgiram em razão de ato criminoso deliberado, o que carece ser devidamente explicado à sociedade.

O desafio está posto. O enfrentamento é tarefa de todos. As chamas e as águas revoltas não fazem distinção política, ideológica, religiosa ou social.

As mudanças, induzidas pelo desvario humano, provocam impactos devastadores na saúde, na segurança alimentar, na segurança energética e no desenvolvimento econômico. A gravidade do problema, repita-se, convoca todos nós, independentemente de quaisquer conveniências, a unir esforços, nossos talentos, nossa disposição de luta em prol de uma causa comum. Nossa casa. %,

EDITORIAL

Um sinal positivo

Depois de uma espera de pelo menos duas décadas, as obras de construção da linha 2 do metrô de Belo Horizonte recomeçaram, com previsão de início dos serviços dentro de quatro anos. Investimentos diretos da União, estimados em R$ 2,8 bilhões e pouco mais de R$ 400 milhões provenientes de compensações da mineradora Vale garantem a retomada das obras e, espera-se, também sua conclusão sem que se repitam frustrações anteriores.

Além da nova linha, percurso de cerca de 10 quilômetros, o cronograma agora apresentado inclui construção de estações, reforma e ampliação de estações já em serviço na linha 1, além de aquisição de composições, levando o metrô até a região do Barreiro e possibilitando o atendimento diário de cerca de 200 mil novos usuários.

Mais relevante que comemorar características das obras agora contratadas é assinalar que, depois de longa e nunca explicada paralisação, a implantação do sistema de transporte de massa para servir à Região Metropolitana de Belo Horizonte é retomada. Cabe esperar que este seja apenas um primeiro passo, antecipando a abertura de novas frentes de trabalho e possibilitando que os trilhos do metrô avancem em direção à região hospitalar, ao hipercentro, à Pampulha, etapa que deveria ter sido concluída a tempo de atender à Copa do Mundo de Futebol, e de lá até a Cidade Administrativa. O mínimo, cabe ressaltar, para que o sistema ganhe capilaridade bastante para desafogar a mobilidade urbana em Belo Horizonte.

Mínimo também para que seja compensada a longa e aparentemente desnecessária espera, atraso que antes de tudo impõe à população local sacrifícios que ajudam a deteriorar as condições de vida na cidade, com repercussões igualmente indesejadas nas atividades econômicas. Cabe sim esclarecer o que se passou, cabe sim indagar porque outras capitais mereceram tratamento diferenciado e assim puderam consolidar seus sistemas de transporte de massa, já em estágios mais avançados, o que não aconteceu em Belo Horizonte. Cabe esclarecer, cabe cobrar o que foi devido e, sobretudo, cabe exigir que daqui para frente os avanços não só sejam maiores como também mais rápidos.

Eis o que a população de Belo Horizonte e mineira esperam, enxergando a retomada das obras da linha 2, agora festejada, antes de tudo como um sinal, compromisso, de que daqui para frente as coisas serão diferentes. E para que não esteja mais tão distante o dia em que será possível afirmar que o metrô com seu conjunto de linhas representam sistema confiável e abrangente de transporte de massa, capaz de atender bem as necessidades da terceira maior região metropolitana no País. %,

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



Vilma vai aportar cerca de R$ 90 milhões em fábrica de Betim

SETOR ALIMENTÍCIO Nova linha de produção deve entrar em funcionamento entre fim de 2025 e início de 2026; previsão é de gerar aproximadamente 150 empregos

THYAGO HENRIQUE

A Vilma Alimentos vai investir aproximadamente R$ 90 milhões para implementar uma segunda linha de produção na fábrica de biscoitos em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A nova linha, com previsão de entrar em funcionamento entre o fim de 2025 e início de 2026, será focada em recheados e rosquinhas e terá capacidade de produzir cerca de 1,5 mil toneladas por mês. Em torno de 150 colaboradores deverão ser contratados para a operação.

Atualmente, a empresa mineira produz na cidade o cream cracker, maisena e água e sal, itens do tipo laminado – que representa mais ou menos metade do mercado brasileiro de biscoitos. Planejada para suportar um futuro crescimento, a única linha de montagem da unidade até então, fabrica, mensalmente, entre 800 e 900 toneladas, mas é capaz de produzir até duas mil toneladas.

A primeira linha foi inaugurada em 2022, quando a fabricante investiu em torno de R$ 260 milhões na instalação da fábrica em Betim. A inauguração marcou o segundo passo da companhia na área de biscoitos, no qual ingressou há exatamente uma década, com a aquisição da Krokero.

Ao comprar a empresa de Juiz de Fora, a Vilma Alimentos começou a produzir biscoitos tanto da marca adquirida quanto da marca Vilma. Na unidade da Zona da Mata, cuja produção mensal é de cerca 800 toneladas, são fabricados recheados e rosquinhas, entretanto, a linha de montagem está praticamente tomada, o que abre margem para o investimento complementar na Grande BH.

Os planos de expansão foram revelados pelo vice-presidente e membro da quarta geração da família fundadora da companhia, Thiago Costa, em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio.

Mercado e alta do faturamento - Conforme o executivo, a intenção é ter, no futuro, cinco linhas de produção em Betim. Ele explica que a fábrica está preparada e tem espaço para receber as outras quatro, em caso de demanda, sem que a Vilma Alimentos precise investir em algo além de maquinários, o que traz agilidade à ampliação. O dirigente estima que a unidade terá, até 2030, três linhas de montagem.

Com o planejamento citado, a empresa espera alcançar, daqui a seis anos, entre 30% e 40% do mercado mineiro de biscoitos – no momento, a companhia detém 8%. “Hoje, Minas Gerais importa mais ou menos 60% da produção de outros lugares do Brasil. Nosso foco está em pegar essa participação”, destaca Costa. “Vendemos biscoitos para outros estados, mas a nossa energia e investimento estão para dentro de Minas, onde já temos uma marca consolidada”, sublinha.

A Vilma Alimentos também prevê aumentar o faturamento nos próximos anos. “Vamos faturar cerca de R$ 1,3 bilhão neste ano, e o nosso objetivo, ganhando esse mercado de biscoito, é, em 2030, chegar ao faturamento de R$ 2 bilhões”, afirma o vice-presidente. Segundo ele, o valor previsto para 2024 é aproximadamente R$ 100 milhões maior que o faturado no ano passado.

Silo de trigo - Antes de investir em expansão produtiva, a fabricante mineira está aportando R$ 30 milhões na construção de um silo de trigo na unidade de Betim. A ideia é conseguir comprar trigo na safra direto dos produtores de Minas Gerais e armazená-lo no local a partir desse investimento. No ano passado, 100% do trigo adquirido pela companhia era do Estado – neste ano, o percentual cairá para 30% a 40% em razão dos problemas que os agricultores enfrentam com a seca.

Costa afirma que a estrutura terá capacidade de armazenar 60 mil toneladas e deve ficar pronta em junho do próximo ano. De acordo com ele, o volume é similar ao que a Vilma Alimentos pode estocar no complexo industrial de Contagem – onde fabrica a maior parte dos produtos, incluindo a categoria de massas, sendo a empresa uma das líderes de vendas de macarrão no Estado.



Em Betim (RMBH), empresa produz entre 800 e 900 mil toneladas de biscoitos *cream cracker*, maisena e água e sal FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / THYAGO HENRIQUE

“Antes de investir em expansão produtiva, a fabricante mineira está aportando R$ 30 milhões na construção de um silo de trigo na unidade de Betim”



Vice-presidene Thyago Costa: intenção no fututo é ter cinco linhas de produção no município da RMBH FOTO: DIVULGAÇÃO / VILMA ALIMENTOS

A caminho do centenário

Fundada por um casal de italianos em 1925 em Belo Horizonte, a Vilma Alimentos completará 100 anos em outubro do ano que vem. A companhia, que nasceu de uma pequena fábrica de massas, produz, atualmente, mais de 300 itens dentro de um portfólio com seis categorias de produtos, incluindo biscoitos, refrescos, misturas, farinhas e molhos e temperos. No próximo mês, a empresa lançará dois novos tipos de biscoitos durante a feira Superminas.

O evento marcará, de forma simbólica, a abertura das comemorações do centenário da fabricante. Para o aniversário de 2025, a Vilma Alimentos prepara ainda o lançamento de um livro comemorativo para descrever, entre outros fatos, sua própria história. “Temos a missão de contar essa história que está entrelaçada com as histórias dos consumidores e das famílias mineiras que nos trouxeram até aqui”, destaca a superintendente de Marketing, Débora Assunção. **(TH)**

GIRO PELO MUNDO



STEFAN SALEJ

Ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), empresário, analista da política internacional e presidente da Slovenian Global Business Network

Da Europa envelhecida, envaidecida e sem runo

As chuvas torrenciais, após as queimadas de verão em boa parte da Europa em férias merecidas de julho e agosto, e a total atenção com as eleições americanas, nos fizeram esquecer das eleições parlamentares na União Europeia e a formação do seu braço executivo, a Comissão Europeia. No fundo, ficamos com a Europa charmosa nas nossas mentes, evocada com os Jogos Olímpicos na França trazendo alguma novidade, histórica e linda até para emigrar para lá.

Acabou o verão, acabaram os jogos, e no meio da formação da nova gestão da UE, liderada de novo pela alemã Von der Leyen, que tera 40% de mulheres na equipe, com o conflito na Ucrânia sem perspectiva de terminar, foi apresentado pelo ex-presidente do Banco Central Europeu, o italiano Mário Draghi, um relatório-bomba sobre o estado atual e o futuro da economia europeia.

O relatório simplesmente diz como na peça teatral: o rei está nu. Ou seja, ou a Europa investe mais de um trilhão de reais por ano para levantar a sua produtividade e ser mais competitiva, ou não vai para lugar algum. Aliás, já não foi, porque, desde 2000, a renda per capita dos europeus cresceu 50% menos do que a dos americanos. A Europa não tem gigantes tecnológicos, como os que mudaram a economia americana, e a sua indústria automobilística, que era a força motriz de desenvolvimento, está sendo arrasada pelos chineses. E na área de educação, enquanto nos Estados Unidos as universidades produzem ciência e tecnologia, os europeus produzem ciência, paper e pouca tecnologia. Enquanto 42% dos europeus são analfabetos digitais, nos EUA, por um milhão de habitantes, há 1.100 que têm conhecimento alto de matemática. Na Europa este número cai para 850. Na área tecnológica, os europeus dominam só na área de eólicas, hidrogênio e energia hídrica. As demais tecnologias são dominadas pelos norte-americanos e asiáticos.

É um continente envelhecido não só pela população, que não renova a mão de obra e rejeita os emigrantes, envelhecido no seu modelo de desenvolvimento e, mesmo com bem-estar social, terá que mudar. Já na década de 70, o francês Jean Jacques Servan-Schreiber avisou sobre o desafio e a predominância americana. Com a União Europeia burocratizada, a divisão política sem coordenação entre os países, o conflito com a Rússia e a falta de matérias-primas, sem falar da descoordenação na área de defesa, a Europa tem que se reinventar. E para se reinventar tem que ter também alianças como o acordo com o Mercosul. Sem arrogância, mas com realismo, alianças de cooperação para sair do buraco onde, segundo Mário Draghi, se meteu. É hoje um aliado importante mas que ficou muito, mas muito mesmo para trás. Muda Europa!

ENERGISA PARTICIPAÇÕES NORDESTE S.A.

CNPJ Nº 51.126.397/0001-01
NIRE 31.3.0015627-3

GRUPO energisa

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Energisa Participações Nordeste S.A. ("Companhia"), realizada em 11 de setembro de 2024, lavrada na forma de sumário

1. Data, hora e local: Ao 11º dia de setembro de 2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Praça Rui Barbosa, nº 80, parte, no município de Cataguases, estado de Minas Gerais, CEP 36770-034. **2. Convocação e Presenças**: Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica da assinatura no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente, o Sr. Mauricio Perez Botelho, e Secretária, a Sra. Jaqueline Mota Ferreira Oliveira. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a lavratura da presente ata de assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** a conversão das ações de emissão da Companhia que passarão a ser escriturais; **(iii)** a criação das ações preferencias de emissão da Companhia, com direito de voto restrito, nominativas, escriturais, sem valor nominal, bem como suas características; **(iv)** a ratificação da nomeação da Berkan Assessoria e Consultoria Empresarial SS, sociedade simples, com sede na Rua Joinville, nº 308, Salas 402 e 403, cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.493.096/0001-03 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina sob o nº SC-008907/O ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação a preço de mercado, das ações de emissão da Companhia ("Laudo de Avaliação"); **(v)** o Laudo de Avaliação; **(vi)** um aporte de recursos na Companhia no montante total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), mediante a emissão de 224.614.124 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentas e catorze mil, cento e vinte e quatro) novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão por ação de R$ 4,45207978106, sendo que, do preço de emissão total, o montante de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) será destinado à conta de capital social da Companhia, e a parcela remanescente, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), será destinada à formação da conta de reserva de capital da Companhia; **(vii)** a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a aprovação das deliberações aqui tomadas; **(viii)** a Política de Dividendos da Companhia; **(ix)** a alteração do mandato da diretoria da Companhia; **(x)** a alteração do caput do art. 12 do Estatuto Social da Companhia para refletir a aprovação das deliberações aqui tomadas; **(xi)** a aprovação da nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 12º andar, Sala 1203, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.928.567/0001-11 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 011609/O-8 ("Deloitte") como empresa responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia; **(xii)** a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(xiii)** a autorização da celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Acordo de Investimento e Outras Avenças, celebrado na presente data entre a Energisa e o Banco Bradesco S.A., que regula os termos e condições do aporte a ser realizado pelo Banco Bradesco S.A. na Companhia e do Acordo de Acionistas da Companhia a ser firmado, nesta data, entre a Energisa e o Banco Bradesco S.A., com a interveniência da Companhia; e **(xiv)** a autorização para que a administração da Companhia pratique de todos os atos e tome todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **5. Deliberações:** Pelos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia em forma de sumário nos termos do artigo 130 e seus §§, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Aprovar que, a partir desta data, as ações de emissão da Companhia passarão a ser escriturais, devendo ser contratada uma das instituições financeiras autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para os serviços de escrituração de ações e de outros valores mobiliários. Dessa forma, a propriedade das ações de emissão da Companhia será verificada pelo registro na conta de depósito das ações, aberta em nome do respectivo acionista nos livros da instituição financeira escolhida pela Companhia. 5.3. Aprovar a criação de novas ações preferenciais nominativas da Companhia, as quais deverão ter as características, direitos e vantagens descritos abaixo ("Ações Preferenciais"): 5.3.1 Direito a voto restrito em assembleia geral nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, em acordo de acionistas arquivado na sede social, conforme aplicável, e em relação às matérias abaixo, observado que as restrições ao direito de voto não serão suspensas ainda que os dividendos descritos abaixo não sejam pagos aos respectivos acionistas: (i) alteração nas preferências, vantagens, características e/ou condições das ações preferenciais (incluindo políticas ou patrimoniais) ou, ainda, alteração em qualquer outra classe de ações da Companhia ou das subsidiárias da Companhia existentes ou que venham a existir no futuro ("Subsidiárias") ou criação de nova classe de ações da Companhia ou das Subsidiárias; (ii) alteração da Política de Dividendos da Companhia; (iii) qualquer destinação de parte ou totalidade do Lucro Líquido (conforme definido abaixo) para eventual constituição ou incremento de quaisquer reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações ou neste Estatuto Social, exceto nos casos de reserva legal e da reserva de lucros; (iv) utilização da reserva de lucros para destinação diversa que o pagamento de dividendos aos acionistas; (v) celebração, assunção, aditamento, rescisão ou modificação de instrumentos de empréstimos e financiamentos de qualquer natureza, de curto ou longo prazo, títulos ou contratos representativos de qualquer forma de dívida e outras obrigações representadas por promissórias, obrigações, debêntures, derivativos, operações de securitização, cessão de créditos e recebíveis ou outros instrumentos similares ("Endividamento"), pela Companhia, seja na qualidade de credora ou de devedora; (vi) prestação, de fianças, avais ou quaisquer outras modalidades de garantias, reais ou fidejussórias, pela Companhia em relação a obrigações próprias ou de terceiros, ou pelas Subsidiárias em relação a obrigações de terceiros, incluindo, sem limitação, a constituição de penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, hipoteca ou gravame sobre quaisquer bens ou direitos de propriedade da Companhia ou das Subsidiárias, respectivamente; (vii) aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia ou pelas Subsidiárias (incluindo, sem limitação, por meio da formação de parcerias ou joint ventures); (viii) celebração, aditamento, rescisão ou modificação de operações, (a) de qualquer natureza, da Companhia com partes relacionadas ou (b) de Endividamento, seja na qualidade de credora ou como devedora, das Subsidiárias, com partes relacionadas, exceto o Endividamento contratado pelas Subsidiárias, perante a Energisa S.A. em decorrência de operações realizadas pela Energisa S.A. no âmbito do mercado de capitais para fins de financiar as operações das respectivas Subsidiárias nos termos dos respectivos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia), observados os critérios, termos e condições previstos no acordo de acionistas vigente da Companhia; (ix) pedido de autofalência, bem como de liquidação, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou das Subsidiárias, nos termos da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, ou outorga de procuração ad judicia para realização de qualquer dos atos indicados acima; (x) venda, alienação, ou qualquer forma de transferência de bens e/ou direitos da Companhia ou das Subsidiárias, para terceiros, ou aquisição de bens e/ou direitos pela Companhia ou pelas Subsidiárias, em qualquer caso desde que em valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), individualmente ou em conjunto, exceto se no Curso Normal dos Negócios, conforme definição constante do acordo de acionistas vigente da Companhia, ou para a consecução do objeto social da Companhia ou das respectivas Subsidiárias, conforme aplicável; (xi) contratação pela Companhia de despesas operacionais ou não operacionais discricionárias em valor agregado superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) anualmente; (xii) resgate, amortização e reembolso das ações de sua emissão, bem como qualquer outra forma de retorno ou transferência de recursos aos acionistas, que seja decorrente da titularidade das ações de emissão da Companhia, que não seja feita por meio da distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia; (xiii) alteração no objeto social (a) da Companhia, ou (b) das Subsidiárias, que, neste caso do item "b", modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada, exceto se tal alteração se referir à ampliação da atuação da respectiva Subsidiária ou for exigida pela autoridade governamental no âmbito das concessões de distribuição de energia elétrica, mantidas as atividades relacionadas aos setores de distribuição e transmissão de energia elétrica; (xiv) aumento do capital social da Companhia (exceto se tal aumento não implicar no ingresso de novo acionista, mas desde que não seja decorrente de capitalização de lucros e/ou reservas) ou redução do capital social da Companhia (exceto se para absorção de prejuízos acumulados); (xv) aumento ou redução do capital social das Subsidiárias, exceto (a) com relação a redução de capital social, quando realizada para absorção de prejuízos acumulados; ou (b) com relação a aumento do capital social, que não implique ingresso de novo acionista e seja para cumprimento das condições dos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia) ou de obrigações legais ou regulatórias aplicáveis ao aumento de capital social da respectiva Subsidiária; (xvi) emissão, pela Companhia, de quaisquer instrumentos, títulos ou valores mobiliários conversíveis ou não (ou permutáveis ou não) em ações (inclusive em ações preferenciais) ou direitos de subscrição de ações, ou que concedam aos seus titulares direito de subscrever ações de qualquer classe da Companhia (exceto se tal emissão decorrer de um aumento de capital permitido nos termos do item (xiv) acima); (xvii) emissão de partes beneficiárias pela Companhia e/ou pelas Subsidiárias; (xviii) investimento em novos projetos no âmbito do setor de concessões de distribuição de energia elétrica, seja projeto *greenfield*, por meio de participação em leilões, licitações ou relicitações, ou de operações de aquisição de participações societárias ou de qualquer outra forma, exceto se para fins de cumprimento de obrigações regulatórias impostas pela autoridade governamental competente, incluindo, mas não se limitando, àquelas previstas no âmbito dos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia)e/ou dos processos de renovação dos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia); e (xix) qualquer reestruturação societária envolvendo a Companhia e/ou as Subsidiárias, incluindo, sem limitação, nos casos de fusão, cisão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e transformação. 5.3.2 Prioridade na declaração, distribuição e pagamento de proventos aos acionistas da Companhia, da seguinte forma: (i) **(A)** Todo e qualquer dividendo (ou juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proventos, em qualquer caso que sejam decorrentes da titularidade das ações da Companhia), cuja distribuição seja deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral ou pelos órgãos da administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social, será pago primeiramente às Ações Preferenciais, até que o total pago equivalha a 45% (quarenta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia, sendo certo que, para fins desta assembleia, "Lucro Líquido" deve ser entendido como o lucro líquido apurado pela Companhia em determinado período, conforme definição constante no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções e retenções exigidas nos Artigos 193 e 194 da Lei das Sociedades por Ações, observado que a aferição do lucro líquido de qualquer período não deverá levar em consideração qualquer dedução a título de reservas (sejam legais ou estatutárias) ("Lucro Líquido"), de acordo com a Política de Dividendos da Companhia; e **(B)** todo e qualquer dividendo (ou juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proventos, em qualquer caso que sejam decorrentes da titularidade das ações da Companhia), cuja distribuição seja deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral ou pelos órgãos da administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social, à conta das reservas e das retenções de lucros da Companhia (e/ou de qualquer outra reserva, linha ou conta contábil que possa ser distribuída aos acionistas a título de dividendos ou juros sobre capital próprio), será pago, primeiramente às Ações Preferenciais, até que o total pago equivalha a 45% (quarenta e cinco por cento) dos recursos distribuídos aos acionistas à conta da reserva de lucros da Companhia (e/ou de qualquer outra reserva, linha ou conta contábil que possa ser distribuída aos acionistas a título de dividendos, em qualquer caso se e quando efetivamente distribuídos aos acionistas nos termos dos artigos 201 e 202 da Lei das Sociedades por Ações (sendo (A) e (B), em conjunto, os "Dividendos Prioritários"). (ii) Caso a Companhia venha a receber qualquer Valor – Término da Concessão – conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia – havendo lucros ou reservas de lucros suficientes na Companhia, os detentores de Ações Preferenciais farão jus, na forma de dividendos, a 45% (quarenta e cinco por cento) dos Valores – Término da Concessão – conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia ("Dividendos Extraordinários"), os quais deverão ser declarados e distribuídos em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento do respectivo Valor – Término da Concessão – conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia – pela Companhia. Para fins de esclarecimento, os valores de Dividendos Extraordinários serão desconsiderados do cálculo dos Dividendos Prioritários. (iii) Nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, a Companhia levantará balanços semestrais e anuais e a administração da Companhia deliberará, até 30 de setembro de determinado exercício e 30 de abril do exercício subsequente, a declaração e distribuição de dividendos aos acionistas. Os dividendos a serem deliberados a cada período serão relativos respectivamente ao período base de 1º de janeiro a 30 de junho, e de 1º de julho a 31 de dezembro de cada ano, observado o direito dos Acionistas de receber como dividendo obrigatório, em cada período, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo período, nos termos do artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações. (iv) As Ações Preferenciais não farão jus a qualquer dividendo remanescente, exceto os Dividendos Extraordinários, ainda que valor equivalente tenha sido pago às Ações Ordinárias. (v) O pagamento dos Dividendos Prioritários pela Companhia deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias contados da data da respectiva deliberação. Caso a Assembleia Geral delibere pela não distribuição da totalidade do Lucro Líquido do exercício em questão, o restante do Lucro Líquido deverá ser alocado para a reserva de lucros. 5.3.3 Prioridade, em relação a outras espécies ou classes de ações – existentes ou que venham a existir no futuro –, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, no reembolso do capital, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, da seguinte forma: **(i)** as Ações Preferenciais, em conjunto, terão prioridade no recebimento de reembolso global correspondente à multiplicação da cifra do capital social da Companhia na data da aprovação do pagamento do reembolso, expresso em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, por 0,45 (zero vírgula quarenta e cinco); **(ii)** depois do reembolso prioritário das Ações Preferenciais, as demais classes e espécies de ações de emissão da Companhia, em conjunto, terão direito a receber montante global correspondente ao produto da cifra do capital social na data da aprovação do pagamento do reembolso, expresso em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, por 0,55; **(iii)** as Ações Preferenciais, em conjunto, terão ainda direito ao reembolso de valores equivalentes ao produto da multiplicação do total dos ativos remanescentes que couberem aos acionistas por 0,45 (zero vírgula quarenta e cinco). Para fins de esclarecimentos, os valores pagos prioritariamente às Ações Preferenciais nos termos do item (i) acima devem ser abatidos para fins do cálculo do valor total a ser pago às Ações Preferenciais em caso de liquidação da Companhia previsto neste item (iii). 5.4. Ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação. 5.4.1 Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: **(a)** não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Companhia; **(b)** não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e **(c)** que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários. 5.5. Aprovar o Laudo de Avaliação, constante do Anexo I a esta ata, elaborado pela Empresa Avaliadora, com data-base de 31 de dezembro de 2023, relativo à totalidade das ações da Companhia, avaliadas pelo seu valor de mercado, em R$ 4.230.225.000,00 (quatro bilhões, duzentos e trinta milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais), sendo esse devidamente arquivado na sede da Companhia. 5.6. Aprovar o aporte de recursos na Companhia no montante correspondente a R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), mediante a emissão de 224.614.124 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e catorze mil, cento e vinte e quatro) novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão por ação de R$ 4,45207978106, fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que, do preço de emissão total, o montante de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) foi destinado à conta de capital social da Companhia, e a parcela remanescente, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), foi destinada à formação da conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações. 5.6.1 A totalidade das novas ações preferenciais ora emitidas são subscritas e integralizadas à vista pelo Banco Bradesco S.A., ora ingressante na Companhia, em moeda corrente nacional, nos termos do boletim de subscrição que consta do Anexo II. 5.6.2 A acionista Energisa S.A., neste ato, consigna a sua renúncia ao direito de preferência para a subscrição das Ações Preferenciais emitidas pela Companhia, conforme os termos aprovados na presente Assembleia. 5.7. Em decorrência das deliberações tomadas nos itens 5.2 a 5.6 acima, os acionistas aprovaram a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R$ 862.777.579,00 (oitocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais) dividido em 950.168.283 (novecentos e cinquenta milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentas e oitenta e três) ações de emissão da Companhia, sendo 725.554.159 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove) ações ordinárias e 224.614.124 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentas e catorze mil, cento e vinte e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.* **Parágrafo Primeiro** – *As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar este serviço, podendo ser cobrado dos acionistas o custo de que trata o artigo 35, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, observando-se os limites eventualmente fixados na legislação vigente.* **Parágrafo Segundo** – *Cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Companhia em Assembleia Geral.* **Parágrafo Terceiro** – *As ações preferenciais da Companhia terão as seguintes características e vantagens: (i) Direito a voto restrito em assembleia geral nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, em acordo de acionistas arquivado na sede social, conforme aplicável, e em relação às matérias abaixo, observado que as restrições ao direito de voto não serão suspensas ainda que os dividendos descritos no item (ii) abaixo não sejam pagos aos respectivos acionistas: (a) alteração nas preferências, vantagens, características e/ou condições das ações preferenciais (incluindo políticas ou patrimoniais) ou, ainda, alteração em qualquer outra classe de ações da Companhia ou das subsidiárias da Companhia existentes ou que venham a existir no futuro ("Subsidiárias") ou criação de nova classe de ações da Companhia ou das Subsidiárias; (b) alteração da política de dividendos da Companhia; (c) qualquer destinação de parte ou totalidade do Lucro Líquido para eventual constituição ou incremento de quaisquer reservas previstas na Lei das Sociedades por Ações ou neste Estatuto Social, exceto nos casos de reserva legal e da reserva de lucros; (d) utilização da reserva de lucros para destinação diversa que o pagamento de dividendos aos acionistas; (e) celebração, assunção, aditamento, rescisão ou modificação de instrumentos de empréstimos e financiamentos de qualquer natureza, de curto ou longo prazo, títulos ou contratos representativos de qualquer forma de dívida e outras obrigações representadas por promissórias, obrigações, debêntures, derivativos, operações de securitização, cessão de créditos e recebíveis ou outros instrumentos similares ("Endividamento"), pela Companhia, seja na qualidade de credora ou de devedora; (f) prestação, de fianças, avais ou quaisquer outras modalidades de garantias, reais ou fidejussórias, pela Companhia em relação a obrigações próprias ou de terceiros, ou pelas Subsidiárias, em relação a obrigações de terceiros, incluindo, sem limitação, a constituição de penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, hipoteca ou gravame sobre quaisquer bens ou direitos de propriedade da Companhia ou das Subsidiárias, respectivamente; (g) aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia ou pelas Subsidiárias (incluindo, sem limitação, por meio da formação de parcerias ou joint ventures); (h) celebração, aditamento, rescisão ou modificação de operações, (a) de qualquer natureza, da Companhia com partes relacionadas ou (b) de Endividamento, seja na qualidade de credora ou como devedora, das Subsidiárias, com partes relacionadas, exceto o Endividamento contratado pelas Subsidiárias, perante a Energisa S.A. em decorrência de operações realizadas pela Energisa S.A. no âmbito do mercado de capitais para fins de financiar as operações das respectivas Subsidiárias nos termos dos respectivos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia), observados os critérios, termos e condições previstos no acordo de acionistas vigente da Companhia; (i) pedido de autofalência, bem como de liquidação, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou das Subsidiárias, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, ou outorga de procuração ad judicia para realização de qualquer dos atos indicados acima; (j) venda, alienação, ou qualquer forma de transferência de bens e/ou direitos da Companhia ou das Subsidiárias, para terceiros, ou aquisição de bens e/ou direitos pela Companhia ou pelas Subsidiárias, em qualquer caso desde que em valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), individualmente ou em conjunto, exceto se no Curso Normal dos Negócios, conforme definição constante do acordo de acionistas vigente da Companhia, ou para a consecução do objeto social da Companhia ou das respectivas Subsidiárias, conforme aplicável; (k) contratação pela Companhia de despesas operacionais ou não operacionais discricionárias em valor agregado superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) anualmente; (l) resgate, amortização e reembolso das ações de sua emissão, bem como qualquer outra forma de retorno ou transferência de recursos aos acionistas, que seja decorrente da titularidade das ações de emissão da Companhia, que não seja feita por meio da distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia; (m) alteração no objeto social (a) da Companhia, ou (b) das Subsidiárias, que, neste caso do item "b", modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada, exceto se tal alteração se referir à ampliação da atuação da respectiva Subsidiária ou for exigida pela autoridade governamental no âmbito das concessões de distribuição de energia elétrica, mantidas as atividades relacionadas aos setores de distribuição e transmissão de energia elétrica; (n) aumento do capital social da Companhia (exceto se tal aumento não implicar no ingresso de novo acionista, mas desde que não seja decorrente de capitalização de lucros e/ou reservas) ou redução do capital social da Companhia (exceto se para absorção de prejuízos acumulados); (o) aumento ou redução do capital social das Subsidiárias, exceto (a) com relação a redução de capital social, quando realizada para absorção de prejuízos acumulados); ou (b) com relação a aumento do capital social, que não implique ingresso de novo acionista e seja para cumprimento das condições dos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia) ou de obrigações legais ou regulatórios aplicáveis ao aumento de capital social da respectiva Subsidiária; (p) emissão, pela Companhia, de quaisquer instrumentos, títulos ou valores mobiliários conversíveis ou não (ou permutáveis ou não) em ações (inclusive em ações preferenciais) ou direitos de subscrição de ações, ou que concedam aos seus titulares direito de subscrever ações de qualquer classe da Companhia (exceto se tal emissão decorrer de um aumento de capital permitido nos termos do item (n) acima); (q) emissão de partes beneficiárias pela Companhia e/ou pelas Subsidiárias; (r) investimento em novos projetos no âmbito do setor de concessões de distribuição de energia elétrica, seja projeto greenfield, por meio de participação em leilões, licitações ou relicitações, ou de operações de aquisição de participações societárias ou de qualquer outra forma, exceto se para fins de cumprimento de obrigações regulatórias impostas pela autoridade governamental competente, incluindo, mas não se limitando, àquelas previstas no âmbito dos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia)e/ou dos processos de renovação dos Contratos de Concessão (conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia); e (s) qualquer reestruturação societária envolvendo a Companhia e/ou as Subsidiárias, incluindo, sem limitação, nos casos de fusão, cisão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e transformação. (ii) Prioridade na declaração, distribuição e pagamento de proventos aos acionistas da Companhia, da seguinte forma: (a) (I) todo e qualquer dividendo (ou juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proventos, em qualquer caso que sejam decorrentes da titularidade das ações da Companhia), cuja distribuição seja deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral ou pelos órgãos da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social, será pago primeiramente às ações preferenciais, até que o total pago equivalha a 45% (quarenta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia, sendo certo que, para fins deste estatuto, "Lucro Líquido" deve ser entendido como o lucro líquido apurado pela Companhia em determinado período, conforme definição constante no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções e retenções exigidas nos Artigos 193 e 194 da Lei das Sociedades por Ações, observado que a aferição do lucro líquido de qualquer período não deverá levar em consideração qualquer dedução a título de reservas (sejam legais ou estatutárias), de acordo com a Política de Dividendos da Companhia ("Lucro Líquido"); e (II) todo e qualquer dividendo (ou juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proventos, em qualquer caso que sejam decorrentes da titularidade das ações da Companhia), cuja distribuição seja deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral ou pelos órgãos da administração da Companhia, nos termos deste Estatuto Social, à conta das reservas e das retenções de lucros da Companhia (e/ou de qualquer outra reserva, linha ou conta contábil que possa ser distribuída aos acionistas a título de dividendos ou juros sobre capital próprio), será pago, primeiramente às ações preferenciais, até que o total pago equivalha a 45% (quarenta e cinco por cento) dos recursos distribuídos aos acionistas à conta da reserva de lucros da Companhia (e/ou de qualquer outra reserva, linha ou conta contábil que possa ser distribuída aos acionistas a título de dividendos, em qualquer caso se e quando efetivamente distribuídos aos acionistas nos termos dos artigos 201 e 202 da Lei das Sociedades por Ações (sendo (I) e (II), em conjunto, "Dividendos Prioritários"). (b) Caso a Companhia venha a receber qualquer Valor – Término da Concessão – conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia –, havendo lucros ou reservas de lucros suficientes na Companhia, os detentores de ações preferenciais farão jus, na forma de dividendos, a 45% (quarenta e cinco por cento) dos Valores – Término da Concessão – conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia ("Dividendos Extraordinários"), os quais deverão ser declarados e distribuídos em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento do respectivo Valor – Término da Concessão – conforme definido no acordo de acionistas vigente da Companhia – pela Companhia. Para fins de esclarecimento, os valores de Dividendos Extraordinários serão desconsiderados do cálculo dos Dividendos Prioritários. (c) Nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e do presente Estatuto Social, a Companhia levantará balanços semestrais e anuais e a administração da Companhia deliberará, até 30 de setembro de determinado exercício e 30 de abril do exercício subsequente, a declaração e distribuição de dividendos aos acionistas. Os dividendos a serem deliberados a cada período serão relativos respectivamente ao período base de 1º de janeiro a 30 de junho, e de 1º de julho a 31 de dezembro de cada ano, observado o direito dos Acionistas de receber como dividendo obrigatório, em cada período, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo período, nos termos do artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações. (d) As Ações Preferenciais não farão jus a qualquer dividendo remanescente, ainda que valor equivalente tenha sido pago às Ações Ordinárias. (e) O pagamento dos Dividendos Prioritários pela Companhia deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias contados da data da respectiva deliberação. Caso a Assembleia Geral delibere pela não distribuição da totalidade do Lucro Líquido do exercício em questão, o restante do Lucro Líquido deverá ser alocado para a reserva de lucros. (III) Prioridade, em relação a outras espécies ou classes de ações – existentes ou que venham a existir no futuro –, em caso de liquidação do patrimônio da Companhia, no reembolso do capital, acrescido de um prêmio nos termos do inciso II, do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, da seguinte forma: (a) as Ações Preferenciais, em conjunto, terão prioridade no recebimento de reembolso global correspondente à multiplicação da cifra do capital social da Companhia na data da aprovação do pagamento do reembolso, expresso em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, por 0,45 (zero vírgula quarenta e cinco); (b) depois do reembolso prioritário das Ações Preferenciais, as demais classes e espécies de ações de emissão da Companhia, em conjunto, terão direito a receber montante global correspondente ao produto da cifra do capital social na data da aprovação do pagamento do reembolso, expresso em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, por 0,55; (c) as Ações Preferenciais, em conjunto, terão ainda direito ao reembolso de valores equivalentes ao produto da multiplicação do total dos ativos remanescentes que couberem aos acionistas por 0,45 (zero vírgula quarenta e cinco). Para fins de esclarecimentos, os valores pagos prioritariamente às Ações Preferenciais nos termos do item (i) acima devem ser abatidos para fins do cálculo do valor total a ser pago às Ações Preferenciais em caso de liquidação da Companhia previsto neste item (iii)".* 5.8. Aprovar a Política de Dividendos da Companhia, na forma do Anexo III a esta ata. 5.9. Aprovar, exclusivamente pelo acionista titular de 100% (cem por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, a alteração do mandato da Diretoria da Companhia, que passará de 3 (três) para 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. 5.9.1 Fica ratificada a eleição dos diretores da Companhia realizada em 24 de abril de 2024 para um mandato de 03 (três) anos a contar de referida eleição, o qual se estenderá até a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2027. Para fins de esclarecimento, os Diretores eleitos após a presente data deverão ter um mandato de 2 (dois) anos. 5.10. Em decorrência da deliberação tomada no item 5.9 acima, o acionista titular de 100% (cem por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, aprovou a alteração do caput do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 12.*** *A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição."* 5.11. Aprovar, exclusivamente pelo acionista titular de 100% (cem por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, a nomeação da Deloitte como empresa responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia. 5.12. Aprovar a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo as deliberações aprovadas na presente assembleia, passará a vigorar com a nova redação constante do Anexo IV a esta ata, autenticado pela Mesa. 5.13. Aprovar a celebração pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Acordo de Investimento e Outras Avenças, celebrado na presente data entre a Energisa e o Banco Bradesco S.A., e o Acordo de Acionistas da Companhia a ser firmado, nesta data, entre a Energisa e o Banco Bradesco S.A., com a interveniência da Companhia. 5.14. Autorizar que a administração da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações tomadas acima, ficando ratificados os atos já praticados neste sentido. **6. Aprovação e Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Município de Cataguases, 11 de setembro de 2024. Mesa: Presidente: Mauricio Perez Botelho; Secretária: Jaqueline Mota Ferreira Oliveira. Acionistas: Energisa S.A., acionista representada por Mauricio Perez Botelho e Banco Bradesco S.A. representado por Bruno D Avila Melo Boetger e José Leandro Borges. Confere com o original que se acha lavrado no livro. Cataguases, 11 de setembro de 2024. Mauricio Perez Botelho - Presidente; Jaqueline Mota Ferreira Oliveira - Secretária. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ENERGISA PARTICIPAÇÕES NORDESTE S.A., de NIRE 3130015627-3 e protocolado sob o número 24/569.362-9 em 13/09/2024, encontra-se registrado na JUCEMG sob o número 11984553, em 19/09/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene Figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

MRV

CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024

Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela Sra. **Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 10:00 horas, do dia 16 de setembro de 2024, por meio digital, conforme artigo 23 e parágrafos do Estatuto Social. Em conformidade com a **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do artigo 24, inciso "I" do Estatuto Social: **(i) Aprovar** a cessão pela Companhia e determinadas sociedades por ela controladas, conforme identificadas no **Anexo I** à presente Ata ("Sociedades" e, em conjunto com a Companhia, as "Cedentes") de direitos creditórios imobiliários de sua titularidade, nos termos previstos no "*Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*" ("Contrato de Cessão"), a ser celebrado entre as Cedentes, na qualidade de cedentes, e a Securitizadora, na qualidade de cessionária ("Direitos Creditórios Imobiliários"), os quais serão vinculados à operação de securitização de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Operação", respectivamente), da 346ª (trecentésima quadragésima sexta) emissão da True Securitizadora S.A., companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 2º andar, conjuntos 21 e 22, Vila Nova Conceição, CEP 04.506-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), de CRI da classe sênior e da classe subordinada, os quais serão objeto de oferta pública sob rito de registro automático de distribuição, a ser realizada nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), em regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, conforme os termos e condições estabelecidos no *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários da Classe Sênior e da Classe Subordinada da 346ª* (Trecentésima *Quadragésima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Diversificados*" ("Termo de Securitização" e "Oferta", respectivamente), a ser celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 29 da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada e da Resolução da CVM nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Agente Fiduciário"), a qual contará com as seguintes características: (a) Quantidade de CRI e Valor Global dos CRI: Serão emitidos 249.000.000 (duzentos e quarenta e nove milhões) de CRI, sendo 203.557.500 (duzentos e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e quinhentos) CRI da classe sênior ("CRI Seniores") e 45.442.500 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos) CRI da classe subordinada ("CRI Subordinados" e, quando referidos em conjunto com os CRI Seniores, os "CRI"); (b) Valor Global dos CRI: O valor total da Emissão corresponderá a R$ 249.000.000 (duzentos e quarenta e nove milhões de reais), sendo (i) R$ 203.557.500 (duzentos e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais) referente aos CRI Seniores, e (ii) R$ 45.442.500 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) referente aos CRI Subordinados; (c) Valor Nominal Unitário dos CRI: Os CRI terão valor nominal unitário de R$1,00 (um real) ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão dos CRI, conforme definida no Termo de Securitização ("Data de Emissão"); (d) Forma e Comprovação de Titularidade: Os CRI serão emitidos sob a forma nominativa e escritural. Será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato de posição de custódia expedido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), em nome do respectivo titular dos CRI, enquanto estiverem custodiados eletronicamente na B3. Adicionalmente será admitido como comprovante de titularidade o extrato emitido pelo escriturador com base nas informações prestadas pela B3, caso os CRI estejam custodiados eletronicamente na B3, conforme aplicável; (e) Prazo de Vencimento e Datas de Vencimento dos CRI: (a) o prazo de vencimento dos CRI Seniores será de 3.091 (três mil e noventa e um) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se nas datas estipuladas no Termo de Securitização; e (b) o prazo de vencimento dos CRI Subordinados será de 4.434 (quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se nas datas estipuladas no Termo de Securitização; (f) Plano de Distribuição: A Oferta será conduzida pelos Coordenadores (conforme abaixo definido) conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 e previsto no Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores (conforme definido no Termo de Securitização) acessados pelas Instituições Participantes da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização). A distribuição dos CRI junto aos Investidores será realizada por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da B3; (g) Distribuição parcial: Não será admitida a distribuição parcial dos CRI no âmbito da Oferta. Na hipótese de não terem sido distribuídos integralmente os CRI, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos CRI ofertados devem ser integralmente restituídos aos Investidores; (h) Subscrição e Integralização dos CRI: Os CRI serão subscritos no mercado primário pelos Investidores e integralizados pelo Preço de Integralização (conforme definido no Termo de Securitização), o qual será pago à vista em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, observando-se os procedimentos estabelecidos pela B3. Os CRI poderão ser integralizados com ágio ou deságio, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização. Dentre outras condições, as eventuais taxas de ágio ou deságio deverão ser aplicadas de forma igualitária à totalidade dos CRI da respectiva classe e/ou série e/ou subclasse, conforme o caso, em cada Data de Integralização (conforme definido no Termo de Securitização); (i) Destinação dos Recursos pela Securitizadora: Os recursos obtidos com a integralização dos CRI serão utilizados exclusivamente pela Securitizadora para o pagamento: (i) dos custos e despesas à vista (*flat*) necessários e devidamente comprovados para a realização da Cessão de Créditos e da Oferta conforme descritas no Contrato de Cessão; (ii) do montante equivalente ao Valor Inicial do Fundo de Reserva (conforme definido abaixo); (iii) do montante equivalente ao Valor do Fundo de Despesas; e (iv) à Companhia, por si e por conta e ordem das demais Sociedades, do Preço da Cessão (conforme definido no Termo de Securitização) já descontado das despesas previstas no item "i", da constituição do Fundo de Reserva (conforme definido abaixo) no item "ii" e da constituição do Fundo de Despesas (conforme definido abaixo) no item "iii", conforme previsto no Contrato de Cessão; (j) Destinação dos Recursos pelas Sociedades: Os recursos recebidos pelas Cedentes, em virtude do pagamento do Preço da Cessão pela Securitizadora serão destinados exclusivamente ao desenvolvimento das suas atividades conforme previsto em seus respectivos objetos sociais. Não será necessária comprovação e a verificação da destinação de recursos, uma vez que os Direitos Creditórios Imobiliários são considerados "imobiliários" por origem, uma vez que decorrem dos instrumentos de promessa venda e compra de imóveis, nos termos da Resolução CVM 60, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, bem como das demais leis e regulamentações aplicáveis; (k) Garantias dos CRI e dos Direitos Creditórios Imobiliários: Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, em favor dos Titulares de CRI. Não obstante, os Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido no Termo de Securitização) decorrentes de cada Instrumento de Promessa de Venda e Compra de Unidade Autônoma (conforme definido abaixo) contam com Seguro (conforme definido abaixo) e, no futuro, dentro dos Prazos Máximos para a Constituição de Alienação Fiduciária, a serem previstos no Contrato de Cessão e no Termo de Securitização, contarão com garantia de alienação fiduciária de Unidade Autônoma (conforme definido abaixo); (l) Subordinação: Os CRI Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRI Subordinados, de acordo com a Cascata de Pagamentos (conforme definido no Termo de Securitização); (m) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário dos CRI ou saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme disposto no Termo de Securitização ("Atualização Monetária"); (n) Remuneração dos CRI Seniores: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI Seniores ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI Seniores, conforme o caso, farão jus à remuneração a ser definida no Procedimento de Precificação (conforme abaixo definido), correspondente ao maior valor entre (a) o *spread* máximo de **7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada conforme fórmula prevista no Termo de Securitização; ou (b) aos juros aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, tipo B, com vencimento em 2028 (NTN-B 2028), acrescidos do *spread* máximo de **1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada conforme fórmula prevista no Termo de Securitização; (o) Remuneração dos CRI Subordinados: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI Subordinados ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI Subordinados, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes ao spread de **7,00% (sete inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados ou desde a Data de Pagamento da Remuneração dos CRI Subordinados imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de cálculo, conforme fórmula prevista no Termo de Securitização; (p) Período de Carência: O período de carência no pagamento da amortização dos CRI será de 1 (um) mês, sendo os pagamentos devidos nas datas estipuladas no Termo de Securitização ("Período de Carência"); (q) Amortização Programada: Os CRI serão amortizados conforme estipulado no Termo de Securitização, observadas a Cascata de Pagamentos (conforme definido no Termo de Securitização); (r) Repactuação Programada: Caso no 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Vencimento dos CRI Seniores, em data a ser estipulada no Termo de Securitização, a Securitizadora verifique que não há recursos suficientes na Conta do Patrimônio Separado (incluídos os recursos objeto do Fundo de Despesas e do Fundo de Reserva) para fazer frente à quitação do saldo devedor dos CRI Seniores na Data de Vencimento original dos CRI Seniores, os CRI Seniores poderão ser objeto de repactuação programada para postergar a Data de Vencimento original dos CRI Seniores, até a Data de Vencimento dos CRI Subordinados, passando, portanto, para data a ser estipulada no Termo de Securitização, independentemente de realização de Assembleia Especial de Investidores ("Repactuação Programada"); (s) Amortização Extraordinária Compulsória Parcial dos CRI: Securitizadora deverá, após o Período de Carência, promover a amortização extraordinária compulsória parcial dos CRI, no limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário dos CRI ou do Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido no Termo de Securitização) dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos e o disposto no Termo de Securitização, nas hipóteses a serem previstas no Termo de Securitização ("Amortização Extraordinária Compulsória Parcial"); (t) Datas de Vencimento dos CRI: Conforme definidas no Termo de Securitização, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI e de Repactuação Programada previstas no Termo de Securitização; (u) Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI Seniores: A Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado compulsório total dos CRI Seniores nas seguintes hipóteses: (i) a qualquer momento, a partir do mês em que o somatório dos recursos apurados na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), incluindo os recursos do Fundo de Reserva (conforme definido abaixo) e excluindo o Fundo de Despesas, sejam suficientes para quitar o saldo devedor dos CRI Seniores, inclusive os custos inerentes a tal; (ii) caso seja exercida a Opção de Compra (conforme definido abaixo); e (iii) nos casos em que tal Amortização Extraordinária Compulsória Parcial seja superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário CRI Seniores ou do Valor Nominal Unitário Atualizado CRI Seniores, conforme o caso ("Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI Seniores"); (v) Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI Subordinados: Uma vez realizado o Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI Seniores, a Securitizadora deverá promover o resgate antecipado compulsório total dos CRI Subordinados, nas seguintes hipóteses: (i) a qualquer momento, a partir do mês em que o somatório dos recursos apurados na Conta do Patrimônio Separado, incluindo os recursos do Fundo de Despesas, sejam suficientes para quitar o saldo devedor dos CRI Subordinados, inclusive os custos inerentes a tal; (ii) caso seja exercida a Opção de Compra; ou (iii) nos casos em que tal Amortização Extraordinária Compulsória Parcial seja superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário dos CRI Subordinados ou do Valor Nominal Atualizado CRI Subordinados (conforme definido no Termo de Securitização), conforme o caso ("Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI Subordinados"); (w) Lastro dos CRI: Os CRI serão lastreados em direitos creditórios imobiliários, a serem representados pelas cédulas de crédito imobiliário integrais, a serem emitidas sem garantia real imobiliária ("CCI") pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais e Fracionárias, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18, § 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Escritura de Emissão de CCI" e "Instituição Custodiante", respectivamente); (x) Fundo de Despesas: A Securitizadora, mediante retenção do pagamento do Preço da Cessão do montante do estipulado no Termo de Securitização, constituirá na Conta do Patrimônio Separado, fundo de despesas para fazer frente às (i) Despesas do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização); e (ii) despesas de administração e cobrança das parcelas dos Instrumentos de Promessa de Venda e Compra de Unidade Autônoma devidas ao *Servicer* ("Fundo de Despesas"); (y) Fundo de Reserva: A Securitizadora, mediante retenção do pagamento do Preço da Cessão do montante relativo ao Valor Inicial do Fundo de Reserva, constituirá na Conta do Patrimônio Separado, o Fundo de Reserva para (i) fazer frente às Obrigações (conforme definido no Termo de Securitização); (ii) honrar com o pagamento das parcelas dos CRI Seniores que, porventura, não tenham sido quitadas em suas respectivas datas de pagamento com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários; e/ou (iii) o pagamento das Despesas caso o Fundo de Despesas seja insuficiente; e/ou (iv) promover a Amortização Extraordinária Compulsória Parcial ou o Resgate Antecipado Compulsório Total dos CRI Seniores, observada a Cascata de Pagamentos. Para fins de esclarecimento, após o resgate integral dos CRI Seniores, o Fundo de Reserva poderá ser utilizado para pagamento das parcelas dos CRI Subordinado ("Fundo de Reserva"); (z) Procedimento de Precificação dos CRI: Será conduzido pelos Coordenadores procedimento de precificação para a definição, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à Data da Primeira Integralização, da Remuneração dos CRI, observado o previsto no artigo 61, parágrafos segundo e terceiro da Resolução CVM 160. Para fins do Procedimento de Precificação, serão considerados os juros aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional, tipo B, com vencimento em 2028 (NTN-B 2028) referentes ao fechamento do Dia Útil imediatamente anterior, para os CRI Seniores. O resultado do Procedimento de Precificação será ratificado por meio de aditamento ao Termo de Securitização anteriormente à Data da Primeira de Integralização, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia, pela Securitizadora ou aprovação por Assembleia Especial de Investidores ("Procedimento de Precificação"); e (z) Demais condições: Todas as demais condições, termos, prazos e regras específicas relacionados à Oferta serão tratados detalhadamente no Termo de Securitização. **(ii) Aprovar** a celebração do *"Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, Sob o Regime Misto de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis da classe sênior e da classe subordinada, da 346ª* (trecentésima *quadragésima sexta) Emissão da True Securitizadora S.A."* ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Securitizadora, a Companhia e as instituições financeiras intermediárias contratadas no âmbito da Oferta ("Coordenadores"), com a interveniência e anuência das Sociedades; **(iii) Aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing* e *Backup Servicing de Carteira de Recebíveis Imobiliários*", a ser celebrado entre a Securitizadora, a Companhia e a Direto Soluções Financeiras e de Tecnologia S.A., tendo como interveniente as sociedades ("Contrato de *Servicing* e *Backup Servicing*"); **(iv) Aprovar** a celebração, pelos seus representantes legais, de todos os documentos relacionados à Operação e à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários das Sociedades, na qualidade de representantes destas, conforme cláusula de representação prevista em seus respectivos documentos societários decorrente da condição de sócia da Companhia nas Sociedades, bem como, na condição de sócia controladora direta ou indireta das Sociedades, aprovar (a) as cessões dos Direitos Creditórios Imobiliários de titularidade das Sociedades, devidamente identificados no Contrato de Cessão mencionado no item (i) acima, e (b) a celebração do Contrato de *Servicing* e *Backup Servicing* mencionado no item (iii) acima; e **(v) Autorizar** a Diretoria da Companhia e os administradores ou diretores das Sociedades, direta ou indiretamente por meio de procuradores, inclusive na qualidade de representantes das Sociedades, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens (i) a (iv) acima, inclusive a assinar quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação da Operação ora aprovada, podendo, inclusive, mas não se limitando: (a) definir e aprovar o teor dos documentos relacionados à Operação; (b) praticar os atos necessários à assinatura do Termo de Securitização, do Contrato de Distribuição, do Contrato de *Servicing* e *Backup Servicing*, do Contrato de Cessão e de quaisquer outros documentos necessários à realização da Operação e quaisquer aditamentos; (c) praticar os atos necessários à contratação das instituições necessárias para a realização da Operação, incluindo, mas não se limitando a, contratação da Securitizadora, dos assessores legais da Oferta, do escriturador, do banco liquidante, do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, da Instituição Custodiante, do auditor independente, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, fixar-lhes honorários; (d) realizar a publicação e o arquivamento dos documentos de natureza societária perante a junta comercial competente; e (e) tomar as providências necessárias junto a quaisquer órgãos ou autarquias, nos termos da legislação em vigor, bem como tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Operação, conforme ora aprovada, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024. Presidente: **Rubens Menin Teixeira de Souza**, Secretária: **Fernanda de Mattos Paixão**. Membros do Conselho de Administração Presentes: **Leonardo Guimarães Corrêa; Paulo Sérgio Kakinoff; Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia; Rubens Menin Teixeira de Souza; Antônio Kandir; Betânia Tanure de Barros; Sílvio Romero de Lemos Meira; e Nicola Calicchio Neto**. *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **Fernanda de Mattos Paixão** Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 11982383 em 18/09/2024 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 245729054 - 16/09/2024. Efeitos do registro: 16/09/2024. Autenticação: 3D94D71F62EAE19FABD34109239525DEA080. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/572.905-4 e o código de segurança NRfi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

EDITAL COMARCA DE ITUIUTABA-MINAS GERAIS. SECRETARIA DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO 30 DIAS. O Dr. Antônio Félix dos Santos, Juiz de Direito da Secretaria da 2ª Vara Cível desta Cidade e Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc…FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os termos do PROCEDIMENTO COMUM, autos nº 5003321-93.2022.8.13.0342. proposta por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A em desfavor de MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA. E por este meio e na melhor forma de direito, CITA o requerido MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 036.074.636-54, nascido em 03/04/1974, filho de Elba Alves Andre, atualmente em lugar incerto e não sabido, por todos os termos do pedido inicial, e para querendo, no prazo de quinze (15) dias apresentar defesa que tiver, acompanhando o feito em todos os seus termos, até final sentença, sob pena de revelia e que não sendo contestado, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, de acordo com os arts. 335, III e 344 do CPC. Fica a parte requerida advertida que em caso de revelia, será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento geral, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. DADO e passado nesta Comarca de Ituiutaba, 03 de abril de 2024. K-21e24/09



Município do Triângulo vem recebendo investimentos significativos na produção de fertilizantes FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Uberaba receberá aporte de R$ 104,5 milhões da Sulgesso

FERTILIZANTES Indústria assinou protocolo de intenções com a prefeitura da cidade do Triângulo Mineiro

JULIANA SODRÉ

A empresa de fertilizantes especiais Sulgesso Indústria e Comércio S.A. e a Prefeitura de Uberaba assinaram, esta semana, protocolo de intenções e anunciaram investimentos da ordem de R$ 104,5 milhões para a construção de um novo complexo industrial da empresa no município do Triângulo Mineiro, com 420 mil metros quadrados (m²).

O potencial de Uberaba para o setor de fosfatados e fertilizantes e a localização estratégica da cidade foram fatores preponderantes para a empresa catarinense escolher Uberaba como sede da nova planta industrial, como explica o secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Rui Ramos.

"Estamos em um raio de 500 quilômetros dos principais centros consumidores: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte. Temos ferrovia, duas das principais rodovias federais, a BR-050 e a BR-262 e o Distrito Industrial III que é o maior polo de fertilizantes da América do Sul. Isso tudo favoreceu".

Os trâmites para a liberação do início das obras já estão em andamento e a previsão para a empresa entrar em atividade é cerca de dois anos. De acordo com o secretário, como a Sulgesso está se beneficiando do projeto de incentivo da cidade, o processo ainda precisa ser aprovado pela Câmara dos Vereadores para que as obras deem início.

A nova unidade da empresa promoverá a geração de 110 empregos diretos e 660 indiretos durante a implantação, obras e operação. Para a prefeita Elisa Araújo, a decisão da produtora de fertilizantes de se instalar em Uberaba é um importante passo no desenvolvimento de toda a região. "A Sulgesso vem agregar ao nosso polo de fosfatados e fertilizantes", ressaltou.

Modelo - Conforme declaração do diretor-presidente da Sulgesso, Manoel Duarte Ferreira, a empresa já desempenha um papel importante na agricultura do Sul do País. A vinda dela para Minas Gerais tem como objetivo desempenhar da mesma forma na região Sudeste e Centro-Oeste.

Com sede em Imbituba (SC), onde já conta com cinco fábricas em operação, a ideia, de acordo com o diretor-presidente, é replicar em Minas o complexo industrial que já possuem lá. "Aqui será o centro da nossa inovação e tecnologia da agricultura", afirmou Ferreira.

Ainda de acordo com o gestor da Sulgesso, a empresa também assinou um contrato longo com a Mosaic, outra empresa de fertilizantes já instalada na região, para desenvolver produtos especiais a partir dos subprodutos dela. A parceria é outro motivo para a empresa se estabelecer na cidade.

"Estamos em um raio de 500 quilômetros dos principais centros consumidores. Temos ferrovia, duas das principais rodovias federais, a BR-050 e a BR-262 e o Distrito Industrial III"

Rui Ramos

INDÚSTRIA EXTRATIVA

AngloGold retoma planta em Nova Lima

THYAGO HENRIQUE

A AngloGold Ashanti retomou o beneficiamento de ouro no Complexo Industrial do Queiroz, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A operação foi parcialmente paralisada no último trimestre de 2022 para que a empresa executasse um programa de reforço na barragem de rejeitos. Desde então, foram investidos cerca de R$ 25 milhões na unidade.

O valor aportado requalificou o processo produtivo e renovou as estruturas para retornar o processamento com base na segurança, sustentabilidade e excelência operacional, de acordo com a companhia. "A iniciativa demonstra o nosso compromisso com a mineração segura e sustentável, que gera empregos, renda e desenvolvimento social", reforçou, em nota.

Conforme a mineradora, a unidade do Queiroz é a única no País a integrar do beneficiamento até a fundição e refino do ouro em barras. Durante a paralisação, apenas as duas últimas áreas estavam em operação. Em razão disso, a produção de minério das minas Cuiabá e Lamego, em Sabará e Caeté, que era beneficiada na planta, vinha sendo negociada em forma de concentrado.

A empresa está retomando aos poucos o processamento no local. O planejamento prevê um *ramp-up*, substituindo gradativamente a venda de concentrado pelo beneficiamento, assim como era realizado antes da interrupção parcial dos trabalhos. A AngloGold não informou quando será alcançada a capacidade produtiva máxima do complexo industrial, contudo, informações divulgadas na imprensa afirmam que a expectativa é que seja atingida até o final deste ano.

Com o retorno da operação em Nova Lima, há também a reativação da produção de ácido sulfúrico, como parte de um processo baseado na economia circular, segundo a companhia. "Para eliminar o que poderia ser um impacto ambiental, o composto de enxofre gerado no processo de beneficiamento de ouro é transformado em ácido sulfúrico: um co-produto sustentável, destinado para indústrias de celulose, fertilizantes, siderúrgicas e outras", esclarece.

O complexo industrial do Queiroz possui três barragens de rejeitos, com disposição 100% a seco – assim como é feito nas demais unidades da AngloGold Ashanti no Brasil. "Todo rejeito a seco será utilizado no processo de descaracterização das barragens, conforme projetos técnicos previamente submetidos aos órgãos competentes", ressalta a empresa no comunicado, que diz ainda que todas as estruturas estão seguras e estáveis, sem nenhum nível de emergência.

Investimentos e produção - Em junho, a AngloGold anunciou que investirá, neste ano, R$ 1,1 bilhão no Brasil, dos quais cerca de R$ 800 milhões em Minas Gerais e R$ 300 milhões em Goiás. O montante faz parte de um investimento de R$ 1,5 bilhão da mineradora na América Latina e será destinado a reforçar as operações no País, com avanços tecnológicos, equipamentos e frotas, novas frentes de desenvolvimento de lavra e pesquisa mineral, além de ações sociais e de sustentabilidade.

Em recente entrevista ao Diário do Comércio, durante a Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), o presidente da empresa na América Latina, Marcelo Pereira, disse que os aportes em solo mineiro devem ser finalizados até novembro. "São investimentos importantes que nós estamos fazendo nesse momento, assim como desenvolvimento tecnológico para ganho de produtividade, otimização dos custos e aumento de produção de uma forma geral", destacou.

O executivo também disse que a Anglo espera encerrar 2024 com uma produção de cerca de 265 mil onças de ouro nas operações em Minas Gerais, o que representaria um crescimento de 5% em relação ao ano passado. No primeiro semestre, a companhia produziu 129 mil onças no Estado.

HIDROGÊNIO VERDE

Brasil precisa formar 3 mil técnicos por ano

Rio - O Brasil precisará formar, a cada ano, quase 3 mil técnicos e trabalhadores qualificados para expandir a produção do chamado hidrogênio verde, combustível limpo tido como um dos pilares da almejada transição energética. A estimativa de demanda profissional está em uma pesquisa realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O estudo entrevistou 128 especialistas em hidrogênio verde e mapeou a necessidade média de mão de obra em três níveis de ocupação: médio, baixo e alto. No nível médio, que engloba técnicos e trabalhadores qualificados, são necessários 2.863 novos profissionais a cada ano. No nível baixo, que inclui trabalhadores semiqualificados e não qualificados, 2.248 anualmente.

No nível alto, formado por cientistas e engenheiros altamente qualificados, o levantamento não traz números, apenas sinaliza que a demanda é relativamente menor e concentrada em universidades e centros de pesquisa.

O levantamento do Senai foi feito em parceria com o projeto H2Brasil, que faz parte de uma cooperação entre o Brasil e a Alemanha para o desenvolvimento sustentável.

Os entrevistados apontaram que a formação técnica especializada é fundamental para a implementação bem sucedida de fábricas de hidrogênio verde e da transição energética no país.

Metade dos especialistas ouvidos afirmaram que a demanda por trabalhadores técnicos especializados será voltada para a instalação, manutenção e renovação de sistemas relacionados à produção do combustível.

Preparação - Os entrevistados avaliaram positivamente o progresso do setor nos últimos 18 meses, com 48% indicando que as condições para acriação de uma economia de hidrogênio já estão sendo implementadas. Outros 37% destacaram a importância das plantas-piloto na produção de hidrogênio, e 35% mencionaram a expansão da cooperação internacional.

Para atuar na formação de mão de obra, o Senai criou um centro de excelência no Rio Grande do Norte e cinco laboratórios regionais (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia e Ceará) voltados à educação profissional e superior, além de um curso de pós-graduação.

"Teremos um primeiro movimento de especialização para quem possui nível superior, nas áreas voltadas à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e regulação. O segundo movimento será direcionado à instalação e operação das plantas, que exigirá profissionais de nível técnico", explica o superintendente de Educação Profissional e Superior do Senai, Felipe Morgado.

Marco legal - No dia 2 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, conhecida também como marco legal do setor.

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que já há mais de 60 projetos de hidrogênio anunciados no Brasil, com investimentos de R$ 188,7 bilhões. **(ABr)**

VLI adquire locomotivas da Wabtec por R$ 150 milhões

FERROVIA Equipamentos serão utilizados pela concessionária em operações na Estrada de Ferro Vitória a Minas

MARCO AURÉLIO NEVES

A VLI Logística concluiu a compra de sete locomotivas que serão fabricadas pela Wabtec Brasil, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por R$ 150 milhões. Os equipamentos devem ser entregues no início de 2026 e são parte do plano de expandir a atuação da empresa na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), administrada pela Vale, por meio do corredor leste da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

O corredor leste da ferrovia da companhia de logística tem origem no Triângulo Mineiro e destino até Sete Lagoas, na região Central do Estado, e segue por direito de passagem ferroviária pela EFVM até o Porto de Tubarão, em Vitória (ES). Somente este corredor tem investimentos previstos de R$ 10 bilhões com a renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, prevista para ser finalizada no primeiro semestre de 2025.

Em julho, a VLI já havia recebido 12 locomotivas da Wabtec, em um contrato de R$ 300 milhões que a companhia de logística firmou com a fabricante há cerca de um ano. Neste ano também foram adquiridas oito locomotivas fabricadas pela Progress Rail, em Sete Lagoas, por cerca de R$ 170 milhões.

A VLI poderá comprar mais de 300 novas locomotivas ao longo da nova concessão da FCA. A companhia está em tratativas com o governo federal para a definição do número exato.

ATF - As sete novas locomotivas da Wabtec vão operar o primeiro Acordo de Transporte Ferroviário (ATF) feito dentro do País. Neste ano a companhia de logística recebeu registro da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para operar como Agente Transportador Ferroviário de Cargas (ATF-C).

A classificação permite a empresa negociar com outros players do mercado o acesso compartilhado de trechos ferroviários para transporte de suas cargas, por meio de contrato operacional específicos (COEs).

Estudos da VLI estimam aumento da demanda em Minas, onde a maior parte das cargas da FCA é transportada, alicerçado principalmente no crescimento do agronegócio e da siderurgia. A estimativa é que o volume aumente 32% ao longo da nova concessão da FCA – a capacidade dos trilhos mineiros da VLI sairá das atuais 35,8 milhões de toneladas para 47,3 milhões de toneladas.



VLI estima um aumento de 32% no volume de cargas transportadas nos trilhos da FCA após a renovação do contrato de concessão FOTO: DIVULGAÇÃO / VLI

“Em julho, a VLI já havia recebido 12 locomotivas da Wabtec, em um contrato de R$ 300 milhões que a companhia de logística firmou com a fabricante há cerca de um ano. Neste ano também foram adquiridas oito locomotivas fabricadas pela Progress Rail, em Sete Lagoas, por cerca de R$ 170 milhões”

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Setcemg fará capacitação por “frete justo”

MARCO AURÉLIO NEVES

O Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg) prevê lançar em outubro a campanha “Frete Justo”, um treinamento para empresas do setor aperfeiçoarem a apuração do valor do frete no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), revelou o presidente do sindicato, Antonio Luis da Silva Junior, durante o Encontro de Empresários, evento da entidade em Belo Horizonte.

O presidente do sindicato afirma que a campanha de capacitação é necessária neste momento, em que os transportadores sofrem forte pressão para redução dos preços dos fretes, o que aumenta o risco do chamado “frete predatório”, em que o valor do serviço prestado é abaixo do seu custo, mas o problema somente é identificado pelas empresas após realizada a operação e o consequente prejuízo financeiro.

“Atualmente, nós entramos numa espiral negativa. Não tem preço, não tem condição de pagar bem e só vai piorando a qualidade. Nós temos que inverter essa espiral”, declarou Silva Junior. Ele ressalta que os cursos de capacitação da campanha Frete Justo serão oferecidos a empresários e motoristas do TRC para que consigam ficar numa posição equilibrada com os clientes na mesa de negociação.

O presidente do Setcemg afirma que o atual cenário do transporte de cargas em Minas Gerais é preocupante, por questões como grande redução no transporte de minério, trânsito restrito pela baixa qualidade das estradas, excesso de oferta de caminhão e fretes incompatíveis com o custo. “É preocupante. Reversível, sim, mas é preocupante”.

Para o especialista em gestão econômica de transporte e frotas Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte (Fabet), Carlos Augusto Silveira, as transportadoras não usam adequadamente os métodos para calcular o valor do frete para garantir a rentabilidade do TRC. Ele aponta que o levantamento de dados e mensuração é importante para este processo.

“Quem vai trabalhar para projetar um valor do frete usa metodologias erradas e, quando usam a metodologia correta, é frágil, peca nos detalhes, em coletar dados”, disse Silveira. Ele explica que a rentabilidade do frete deve ser precificada nos seguintes pontos: estrutura do veículo, despesas da viagem, carga tributária e impacto financeiro.

Passos para rentabilidade - Na estrutura do caminhão, as empresas devem mensurar o custo do veículo durante o deslocamento, durante a carga e a descarga. Nas despesas da viagem, é necessário definir qual o critério da alocação dos recursos utilizados no percurso.

O especialista da Fabet também conta que os transportadores têm de fazer um levantamento da carga tributária aplicada em uma viagem, com impostos municipais, estaduais, interestaduais e até internacionais. No impacto financeiro, o transportador deve mensurar o prazo de pagamento do frete e o lucro estimado na operação.

Não menos importante que o levantamento dos dados, a empresa de TRC precisa de capital humano adequado para “manusear o liquidificador” de informações, ressalta Silveira. “Quem vai trabalhar com isso tem conhecimento suficiente? A maioria pega tabela dos outros e aplica, mas não é uma realidade, é uma referência”, pontua.

“O meu custo é baseado na minha estrutura, minha gestão, na minha maneira de cuidar das pessoas”, aponta Silveira. “Alguém tem que começar a rastrear tudo isso e começar a transformar isso em indicadores econômicos, para poder estar norteando o comercial saber vender um preço justo”, completa.


Silva Junior destaca que capacitação é importante neste momento de pressão para redução no preço do frete FOTO: VINI ANDRADE / SETCEMG

SETOR ELÉTRICO

ONS eleva projeção de demanda

Brasília - O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) elevou novamente sua projeção para o crescimento da carga de energia no Brasil em setembro, ao mesmo tempo em que projetou um nível menor para os principais reservatórios de hidrelétricas ao final do mês.

Segundo boletim publicado na sexta-feira (20), a carga de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve crescer 3,9% ante setembro de 2023, para 80.215 megawatts médios, ante 3,2% previstos pelo ONS na semana anterior.

Já para os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste, principal subsistema para armazenamento, a projeção é de uma capacidade de 46,6% ao final deste mês, um pouco abaixo dos 46,9% estimados há uma semana.

Embora ainda estejam em níveis acima dos registrados na última crise hídrica em 2021 (16%), os lagos das hidrelétricas são um ponto de preocupação para os próximos meses, pela condição de seca neste ano.

Para setembro, a perspectiva de afluências ainda é de que permaneçam muito abaixo da média histórica em todas as regiões do País.

As chuvas que deverão chegar às hidrelétricas neste mês deverão alcançar 47% da média no Sudeste/Centro-Oeste (ante 48% estimados na semana anterior), 62% no Sul (ante 53%), 40% no Nordeste (ante 42%) e 50% no Norte (ante 49%), projetou o ONS nesta sexta-feira.

O Brasil vem enfrentando uma seca severa que afetou o potencial de geração hidrelétrica, acarretando custos mais altos para os consumidores, e que fez com o governo avaliasse a retomada do horário de verão, como forma de reduzir o “estresse” da operação do sistema elétrico entre o final da tarde e começo da noite.

A volta do horário de verão ainda requer mais análises, mas pode entrar em vigor ainda em 2024, a depender de uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na véspera.

A chegada da primavera no fim deste mês desenha um cenário hidrológico mais favorável, com as chuvas começando a aparecer na primeira quinzena de outubro e se intensificando durante a última metade do mês, segundo análise da Nottus Metereologia.

A expectativa é de que a estação que se aproxima seja menos quente e mais chuvosa do que a primavera de 2023, que foi seguida por um verão de chuvas frustrantes.

Devido ao cenário ruim nos últimos 12 meses, o retorno das chuvas deve demorar mais para beneficiar o setor elétrico.

A umidade do solo das principais bacias hidrográficas para geração de energia elétrica no Brasil alcançou o nível mais seco em quase 20 anos, de forma que as chuvas servirão primeiro para repor essa umidade, antes de a água fluir para os reservatórios e se converter em energia natural afluente (ENA), métrica que indica o quanto do volume pode ser transformado em energia.

Já para outras fontes de geração, a Nottus apontou que as condições meteorológicas continuarão favoráveis tanto para os ventos nas regiões de parques eólicos quanto para a incidência solar entre o final de setembro e a primeira quinzena de outubro.

À medida que a chuva avança pelo País e se consolida ao longo de outubro e novembro, a geração solar e eólica tende naturalmente a diminuir pelas condições climáticas associadas às precipitações, acrescentou. **(Reuters)**

Havia expectativa de melhora da demanda no segundo semestre, já que historicamente é um período melhor para o setor, mas o desempenho de agosto fez o sindicato rever a previsão e apostar na estabilidade dos números da primeira metade de 2024 FOTO: DIVULGAÇÃO / ANICER

Mesmo com ociosidade, indústria cerâmica prevê crescer 6% em MG

OLARIA Desempenho do setor poderia ser melhor, caso pedidos da construção estivessem no ritmo tradicional; fábricas estão operando com 60% a 70% da capacidade instalada

JULIANA SODRÉ

O setor da indústria da cerâmica estima crescer 6% neste ano na comparação com 2023. O ritmo, entretanto, poderia ser maior, caso a construção civil também tivesse registrado desempenho melhor neste ano.

O motivo do crescimento abaixo do esperado, de acordo com o presidente Sindicato das Indústrias de Cerâmica para Construção e Olaria no Estado de Minas Gerais (Sindicer-MG), Ralph Perrupato, é um ritmo mais lento da construção civil.

"O crescimento está aquém do potencial. Na época da pandemia, as fábricas estavam produzindo com 100% da capacidade. Hoje, estão na faixa de 60% a 70%", diz. Ele explica que a indústria da cerâmica teve um faturamento maior em relação ao ano passado, mas ressalta que 2023 foi um ano considerado fraco para o setor.

Para o segundo semestre, havia uma expectativa de melhora, já que historicamente é um período melhor. Porém, o ritmo apresentado em agosto fez o sindicato rever a previsão e apostar na estabilidade, mantendo os 6% de aumento do primeiro semestre e no crescimento anual.

"Estávamos acreditando mais nos investimentos do 'Minha Casa, Minha Vida'. Deu uma melhorada este ano, mas não foi o suficiente para ocupar plenamente as fábricas que estão ociosas".

O motivo da desaceleração é atribuído à falta da mão de obra, que acaba impactando os resultados da construção civil e, consequentemente, do setor das cerâmicas, já que caminham lado a lado. "É um setor que depende muito da mão de obra braçal, que está em falta. Estão preferindo as bolsas sociais a ganhar mais neste tipo de trabalho", ponderou.

Para superar este momento, Perrupato acredita que o setor de construção civil precisaria investir mais em automação e melhorar a produtividade. Porém, pondera que com a taxa de juros mais alta, os bancos acabam inibindo financiamentos, o que impede os empresários de tomar mais recursos.

A taxa básica de juros é, inclusive, outro problema apontado pelo presidente do Sindicer. A indicação de elevação, após a sequência de queda, impacta negativamente também os setores. "Achávamos que ia cair mais, mas a tendência é de alta novamente. Então, essa instabilidade atrapalha", comenta.

Produtos alternativos prejudicam ambiente - Apesar de se tornar uma alternativa à falta de mão de obra, a construção industrializada impacta negativamente o setor da indústria da cerâmica e o meio ambiente na visão de Ralph Perrupato.

O uso de pré-fabricados, como as paredes de concreto, elimina a necessidade da mão de obra que precisaria assentar tijolo a tijolo, mas interfere na produção de cerâmicas. De acordo com Perrupato, os materiais alternativos, como as variações do plástico, o isopor ou até o gesso acartonado, são soluções desfavoráveis ao meio ambiente e prejudicam a qualidade de vida das pessoas.

"Ecologicamente, a cerâmica é a melhor alternativa. Mas por diversas questões como a carência de mão de obra e a necessidade da redução de custos, as construtoras acabam optando por soluções diferentes", diz.

Ele exemplifica que um prédio construído com tijolo e telhado de cerâmica possui um isolamento térmico e acústico melhor que os produtos alternativos. Fatores que interferem diretamente na qualidade de vida.

"Você substitui uma parede de 15 cm por uma de 8 cm. Já aconteceu nos estados do Rio de Janeiro e no Norte do País, prédios que, de tão quentes, não conseguem moradores. É um 'forninho'. Então, a qualidade de vida dentro da habitação cai muito", opina.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

R&R MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 5452015160, a Licença Ambiental Simplificada -LAS CADASTRO, classe 2, para a atividade de código B-05-04-5, localizado a ROD BR-381 Fernão Dias, 33, bairro Cidade Verde, CEP. 32.649-105, Betim- MG

Santander SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 03 de outubro de 2024, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 04 de outubro de 2024, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010156750, firmado em 07/12/2020, com o(s) **Fiduciante(s) JOELMA ANTONINA DE MELO LOSCHI/DANIEL FERNANDO DE RESENDE/**, maior/maior, inscrito no CPF n° 084.977.836-03/027.313.246-60, no dia **03 de outubro de 2024, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 246.966,00 (Duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais)**, o imóvel matriculado sob n° 26.962 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Barbacena/MG, constituído pelo apartamento residencial nº 102, situado na Rua Monsenhor Silvestre de Castro, nº 915, Bairro Funcionários, em Barbacena/MG, com área privativa de 65,77m², outras áreas privativas acessórias de 12,50m², área de uso comum de 5,40m², área real total de 83,67m², com 01 vaga de garagem e fração ideal de 0,12070 sobre o terreno. Cadastro Municipal: 01.03.211.0603.0006.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **04 de outubro de 2024, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 130.583,13 (Cento e trinta mil, quinhentos e oitenta e três reais e treze centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22043).

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2024

O CODAP - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em cumprimento ao art. 86, da Lei Federal de nº 14.133/21 e Decreto Federal de nº 11.462, de 31 de março de 2023, torna público, e faz saber, que se encontra aberto à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO DE NUMERO 023/2024**, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de veículos, para o Codap e municípios que compõe o Consórcio. A íntegra da IRP encontra-se disponível no site oficial do CODAP https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/. O prazo para os órgãos interessados em participar e encaminhar sua manifestação de interesse informando a estimativa total de quantidades é de oito dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data desta divulgação. Conselheiro Lafaiete/MG, em 20 de setembro de 2024. Paulo Cezar Lopes Corrêa – Secretário Executivo.

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2024

O CODAP - Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, em cumprimento ao art. 86, da Lei Federal de nº 14.133/21 e Decreto Federal de nº 11.462, de 31 de março de 2023, torna público, e faz saber, que se encontra aberto à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO DE NUMERO 024/2024**, cujo objeto é o registro de Preços para contratação de Empresa para prestação de serviço com fornecimento de módulos padronizados para construção modular visando atender as necessidades do Codap e dos municípios Consorciados, para atendimento das demandas dos municípios integrantes do consórcio. A íntegra da IRP encontra-se disponível no site oficial do CODAP https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/. O prazo para os órgãos interessados em participar e encaminhar sua manifestação de interesse informando a estimativa total de quantidades é de oito dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data desta divulgação. Conselheiro Lafaiete/MG, em 20 de setembro de 2024. Paulo Cezar Lopes Corrêa – Secretário Executivo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. COMARCA DE UBERLÂNDIA - MG – SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL COM PRAZO. DE VINTE (20) DIAS. O Dr. Carlos José Cordeiro Mm. Juiz de Direito na Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital de Citação virem e dele conhecimento tiverem que perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, corre uma ação MONITÓRIA, registrada sob o nº **0408696-34.2012.8.13.0702** requerida por **BANCO DO BRASIL SA** - CNPJ: 00.000.000/0001-91 em face de **JOSIEL AMORIN PARENTES** - CPF: 073.448.766-55, JOSUEL ALEXANDRE PARENTES - CPF: 057.684.408-01 e outros.Narra a autora na inicial que é credora dos requeridos na quantia que perfaz o montante de R$ 100.428,75, atualizado em 04/07/2012, em razão do atraso no pagamento do débito. E como os requeridos não foram encontrados para receber a citação, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital através do qual CITA e chama os requeridos JOSIEL AMORIN PARENTES - CPF: 073.448.766-55 e JOSUEL ALEXANDRE PARENTES - CPF: 057.684.408-01 para, no prazo de quinze (15) dias PAGAR EM JUÍZO a quantia reclamada de R$ 100.428,75 podendo no mesmo prazo, caso queira, independente de prévia segurança do Juízo, oferecer embargos que, recebidos, suspenderão a eficiência da determinação anterior e serão processados nos mesmos autos, pelo procedimento ordinário. Caso não o faça, constituir-se-á de pleno direito o título em mandado executivo. Se efetuar o pagamento no prazo supra estipulado, ficará isento de custas processuais e honorários advocatícios (art. 701, § 2º do CPC). Observe-se que os prazos fluem após o prazo do edital. Para conhecimento de todos, especialmente do(a,s) interessado(a,s), expediu-se o presente edital que será publicado uma vez no "Diário do Judiciário" e duas vezes em jornal local de grande circulação. Uberlândia, 22 de agosto de 2024.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 04 de outubro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 08 de outubro de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular n° 0010254713, de 29/07/2021, firmado com o Fiduciante **JULIO CESAR DUARTE CARVALHO,** brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador do RG nº 6.857.681-SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 889.001.776-72, residente e domiciliado em Uberlândia/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 222.267,68 (duzentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa nº 07**, localizada no Condomínio Residencial Lucas, situado na Rua do Rádio n° 320, Dona Zulmira, Uberlândia/MG. Área privativa: 110,25m², Área total: 144,88m², mais bem descrito na matrícula 92.118 do 2º Oficial de Registro de Uberlândia/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 206.167,21 (duzentos e seis mil cento e sessenta e sete reais e vinte e um centavos** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 20174).

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL — bradesco

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
COROMANDEL - MG - TERRENO
1º Leilão: 07/10/2024, a partir das 11h00 . * 2º Leilão: 10/10/2024, a partir das 11h00

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Coromandel-MG.** Centro. Rua Clésio Eustaquio Migueleto (antiga Rua Antero Torres), 249 (Lt. 130 da qd. 19 – setor 002). **Terreno** c/ 980,00m² (lançada no IPTU 1.100,40m²). Matr. 6.759 do RI local. Obs.: Atual denominação do logradouro e numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive da divergência da área de terreno apurada no local, com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF).**1º Leilão**: 07/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 467.819,09. 2º Leilão**: 10/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 272.933,74** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.

ATA DE DELIBERAÇÃO DE SÓCIO DA HRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ. 53.208.394/0001-34
NIRE 31214698250

Para fins de cumprimento do disposto no art. 1.084, §1º, da Lei N. 10.406/2002("Código Civil"), a **HRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob o n. 53.208.394/0001-34, sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Martim de Carvalho, n. 671, sala 402, bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-094 ("Sociedade"),comunica que seu sócio deliberou pela redução do capital social da Sociedadeem R$ 485.192,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cento e noventa e dois reais)passando de R$ 3.631.116,00 (três milhões seiscentos e trinta e um mil cento e dezesseis reais) para R$ 3.145.924,00 (três milhões cento e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e quatro reais), uma vez que este se mostrou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, do Código Civil.

Belo Horizonte/MG, 19 de setembro de 2024.
JOSÉ HENRIQUE RIBEIRO CAMPOS
SÓCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
MGI- MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 NIRE 31300039927 - Ficam os senhores acionistas da MGI – Minas Gerais Participações S.A. convocados para a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada na sede da Companhia na Rodovia Papa João Paulo II, 4001– Edifício Gerais – 4º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, às 14 horas do dia 01 de outubro de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição de membro do Conselho de Administração.
Andresa Linhares de Oliveira Nunes
Presidente do Conselho de Administração.

Edital nº 001/2024

O Município de Inhapim Estado de Minas Gerais, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 15/10/2024, às 10:00H (horário de Brasília/DF), leilão público online no site www.danielgarcialeiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público Oficial Daniel Elias Garcia, matriculado na JUCEMG sob n. 1253, para alienação dos bens inservíveis descritos no edital. Edital completo no site do leiloeiro. Contato: 0800 278 7431.

R&R SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 5452016355, a Licença Ambiental Simplificada classe 0, para a atividade de serviços de usinagem, tornearia e solda, localizado a Rua Eugenio Gomes do Prado, 70, bairro Cidade Verde, CEP. 32.649-032, Betim- MG

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL — bradesco

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
PATOS DE MINAS - MG - CASA
1º Leilão: 07/10/2024, a partir das 11h00 . * 2º Leilão: 10/10/2024, a partir das 11h00

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Patos de Minas-MG.** Bairro Campos Elíseos. Rua João da Mata Sobrinho, 118 (Lt. 18 da qd. 32). **Casa**. Áreas totais: terr. 300,00m² e constr. 184,18m². Matr. 1517 do 3º RI local. Obs.: O Vendedor providenciará sem prazo determinado a baixa da Ação de Execução de Título Extrajudicial constante na Av. 3 da citada matrícula. Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 07/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 995.129,14. 2º Leilão**: 10/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 740.298,21** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL — bradesco

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
ITUIUTABA - MG - CASA
1º Leilão: 07/10/2024, a partir das 11h00 . * 2º Leilão: 10/10/2024, a partir das 11h00

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Ituiutaba-MG**. Bairro Residencial Buritis. Rua Caiapós, 299, esquina c/ Rua Tamoios (Lt. 14 da qd. 04). **Casa**. Áreas totais: terr. 246,94m² e constr. 104,99m². Matr. 40.610 do 2º RI local. Obs.: Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 07/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 612.510,97**. **2º Leilão**: 10/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 455.445,80** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.



Cidades mineiras recebem R$ 176 milhões do FPM

FUNDO Repasse da União para os municípios no Estado compreende o segundo decêndio de setembro

LEONARDO MORAIS

Os municípios de Minas Gerais receberam, na sexta-feira (20), R$ 176 milhões referentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O repasse, que compreende ao segundo decêndio de setembro, impulsionou a receita com o fundo no Estado, que aumentou 42% em 2024.

Segundo a assessora de economia da Associação Mineira de Municípios (AMM), Angélica Ferreti, os avanços são fruto da emenda constitucional 112. A medida que entrou em vigor a partir de 2022 e estabeleceu aumentos percentuais nos repasses ao longo dos anos, partindo de 0,25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) acumulado no ano.

A partir deste ano, a arrecadação dobrou, partindo para 0,5%, aumentando a receita repassada para as prefeituras. Já em 2025, a previsão é que o montante atingirá o valor regulamentado de 1% - dobrando novamente em relação aos números atuais.

Belo Horizonte é o município mineiro que recebeu o maior repasse, com base em critérios populacionais e econômicos. "O maior valor desse repasse é para a capital do Estado, que recebe 10% do valor total", acrescenta Angélica Ferreti.

Em seguida, cidades com 156 mil habitantes, como Contagem e Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; além de Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro, estão entre as maiores contempladas. Por último, estão cidades com até 10.188 habitantes, que correspondem a 64% dos municípios mineiros.

Para receber o montante, a especialista frisa a necessidade dos municípios de estarem em conformidade com as exigências fiscais, como a entrega de prestações de contas e o cumprimento de metas fiscais. "Todo mês a secretaria divulga a relação dos municípios com irregularidade em pagamentos, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Isso pode, sim, inviabilizar o recebimento, mas existe um prazo para regularizar", afirma.

Até a última quinta-feira (19), cinco municípios em Minas Gerais estavam bloqueados para receber o FPM, conforme consta no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). São eles: Caeté, Caratinga, Frei Inocêncio, Jequeri e Tapira.

No Brasil, o FPM também segue avançando dado ao aumento na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do IPI. No segundo decêndio de setembro, a arrecadação total somou R$ 1,39 bilhão - 48% a mais que em 2023.



Em todo o Brasil, os repasses do segundo decêndio de setembro somam R$ 1,39 bilhão FOTO: RICARDO MORAES / REUTERS

Desigualdades regionais - A estrutura de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios busca viabilizar uma distribuição eficaz do montante de forma que se compense as desigualdades de cidade para cidade. O objetivo é que o valor arrecadado seja utilizado para a manutenção e desenvolvimento das atividades públicas, especialmente para locais com menos recursos.

Por ser uma das principais fontes de receita dos municípios, o FPM também atua para otimizar o equilíbrio fiscal das cidades. Uma base financeira mais estável pode ajudar a garantir uma melhor base financeira para os municípios, o que é crucial em tempos de crise econômica, permitindo que continuem prestando serviços sem interrupções.

Atualmente, o valor é composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os critérios utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei nº 1.881/81.

"A estrutura de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios busca viabilizar uma distribuição eficaz do montante de forma que se compense as desigualdades de cidade para cidade"

ELEIÇÕES

Denúncias de assédio somam 319 no País

Brasília - A campanha eleitoral para prefeitos e vereadores registra até quinta-feira (19) 319 denúncias de assédio eleitoral. O número supera em mais de quatro vezes o total de 2022, quando 68 acusações foram registradas no primeiro turno das eleições.

Os dados são do Ministério Público do Trabalho (MPT). Das mais de 300 denúncias, 265 são individuais, isto é, não houve repetição da queixa.

Apesar do número de casos superior no primeiro turno, o procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, não acredita que as atuais eleições municipais venham superar o total das eleições gerais de 2022, que após o segundo turno totalizou 3.606 denúncias.

"Temos o primeiro turno com mais denúncias, mas não acredito que o segundo turno terá a mesma velocidade que teve no segundo turno da eleição anterior. Não há o ambiente daquele momento, a polarização não vai aumentar", avalia o procurador.

Para ele, o que chamava atenção nas eleições de 2022 era o volume de casos e a forma explícita e documentada de assédios. "Tinha vídeos que eu assistia e dizia 'não acredito que uma pessoa fez isso'. É caso de estudo", opina Ramos Pereira.

O assédio eleitoral se caracteriza como a prática de coação, intimidação, ameaça, humilhação ou constrangimento associados a um pleito eleitoral, com o objetivo de influenciar ou manipular o voto, apoio, orientação ou manifestação política de trabalhadores no local de trabalho ou em situações relacionadas ao trabalho.

Ocorrências - Diferentes tipos de assédio foram listados pelo MPT. Há ocorrências em todos os estados, com exceção do Amapá. Os estados da Bahia, São Paulo, Paraíba, Goiás e Minas Gerais lideram a lista de denúncias de assédio, com respectivamente 45, 40, 22, 20 e 19 casos.

Para o procurador, os números demonstram que nessas regiões as paixões políticas são mais fortes e as disputas podem estar mais apertadas. "O assédio acontece muito em razão da vulnerabilidade social", acrescenta.

O MPT repassou à Agência Brasil a descrição de alguns episódios de assédio eleitoral. Por exemplo, há o caso do dono de uma fábrica de vestimenta masculina no município de Jardim de Piranhas, no interior do Rio Grande do Norte, que pediu aos empregados para gravarem vídeo afirmando que iriam votar em determinados candidatos a prefeito e a vereador.

Em Pedro Leopoldo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o MPT constatou outro tipo de assédio: um dos sócios de uma empresa que oferece serviços de purificação e regeneração de óleos lubrificantes levou ao ambiente de trabalho, no horário do expediente, um candidato a prefeito para apresentar suas propostas e gravar peça de campanha eleitoral.



Minas Gerais é um dos estados que mais registrou denúncias de assédio eleitoral neste ano FOTO: JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Apesar do crime eleitoral estar documentado, a empresa se negou a assinar o termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público. Em razão disso, o MPT ajuizou a denúncia na Justiça do Trabalho, que determinou que a empresa cumprisse as obrigações de "abster-se de promover, nas dependências da empresa e no horário de expediente, qualquer evento político-partidário e eleitoral, sob pena de multa de R$ 20 mil por evento ou violação, acrescidos de R$ 1 mil para cada trabalhador que participar", descreve nota do MPT.

Legislação - Conforme a lei, qualquer pessoa acusada de assédio eleitoral no ambiente de trabalho pode ser convocada pelo MPT para apresentar explicações e, havendo procedência, assinar um TAC. Esse termo vai prever um dano social coletivo para ser pago à sociedade, além dos danos morais individuais a serem pagos para os trabalhadores assediados.

O assediador também deverá fazer retratação pelo mesmo meio que assediou empregados, funcionários ou prestadores de serviço. Se a empresa receber algum financiamento público, poderá ter o crédito cancelado.

As denúncias podem ser feitas pelo site do Ministério Público do Trabalho. **(ABr)**

AGRONEGÓCIO

CURTAS

Safra de café 2024: queda mais acentuada

Um levantamento de campo realizado com 1.706 produtores rurais assistidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial do Sistema Faemg Senar (ATeG Café+Forte) indica uma quebra de 23%, em média, na safra de café arábica 2024 em Minas Gerais. A estimativa é mais acentuada do que a média nacional divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), nessa quinta-feira (19), que apontou uma redução de 0,5% na produção em comparação com 2023. As condições climáticas adversas, como ondas de calor, chuvas esparsas e mal distribuídas, juntamente com altas temperaturas durante as fases de desenvolvimento dos frutos, foram as principais responsáveis pela redução da produtividade prevista para a safra que está sendo finalizada. O levantamento preliminar foi realizado nas quatro regiões produtoras: Montanhas de Minas, Sul de Minas, Chapada de Minas e Cerrado Mineiro.

Plantio de soja atinge 0,5%

O plantio de soja do Brasil do ciclo 2024/25 atingiu 0,5% da área projetada, indicando um início mais lento dos trabalhos em meio ao tempo seco, informou nesta sexta-feira (20) a consultoria Safras & Mercado. No ano passado, produtores tinham semeado até esta época 1,6% da área, enquanto o índice para a média histórica de cinco anos é de 1,5%. "O Paraná e o Mato Grosso estão começando", disse o analista de Safras & Mercado, Luiz Fernando Roque. Segundo ele, à medida que as projeções de chuvas se confirmem na semana que vem, o Paraná e o Mato Grosso do Sul deverão avançar com os trabalhos de plantio. "Entre 27 de setembro e 3 de outubro está aparecendo alguma umidade no Sudeste e Centro-Oeste. Isso deve incentivar os produtores", afirmou o especialista.

Cratília: boa para a fazenda

A Emater-MG lançou uma cartilha sobre a cratília, planta pouco conhecida dos produtores que traz diversos benefícios para a propriedade rural. Ela pode ser usada para adubação verde, recuperação de áreas degradadas, como cercas-vivas e até na alimentação animal. A cratília é uma leguminosa arbustiva de porte médio, originária da América do Sul e altamente resistente à seca. O material sobre o cultivo da planta está disponível para consulta gratuita na Livraria Virtual do site da Emater-MG (*www.emater.mg.gov.br*). Uma das grandes vantagem para o produtor que cultiva a cratília é a possibilidade de usar a planta como alimento para o gado, já que ela mantém a folhagem mesmo durante os períodos de estiagem. Tanto as folhas quanto os ramos verdes da leguminosa são ricos em nutrientes, sendo uma boa opção de forrageira.

FOTO: DIVULGAÇÃO / WALTER MANTRAGOLO

Minas liderou faturamento da pecuária em 2023

IBGE Leite foi principal produto do setor, sendo responsável por 85,7% do VBP total; Estado respondeu por 26,6% da produção nacional

RODRIGO MOINHOS

Em 2023, o leite foi o principal produto da pecuária de Minas Gerais, Estado que foi responsável por 26,6% da produção nacional. Ancorado neste setor, Minas apresentou o maior Valor Bruto da Produção (VBP) dos produtos da pecuária, superando a marca de R$ 25 bilhões. Desse montante, 85,7% (R$ 21,5 bi) vieram da produção leiteira. Os dados são da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O volume produzido em Minas foi da ordem de 9,42 bilhões de litros, leve acréscimo em relação a 2022 (0,63%), mantendo o Estado na condição de maior produtor nacional de leite. Mesmo com a elevação na produção leiteira, o número de vacas ordenhadas foi de 3,05 milhões de cabeças, redução de 2,98% frente a 2022. Este é o segundo menor número desde que a pesquisa foi iniciada, o que indica aumento tanto na produtividade quanto na eficiência dos produtores mineiros.

De acordo com a assessora técnica do Sistema Faemg/Senar, Aline Veloso, na metodologia do IBGE pode-se observar a relevância da pecuária mineira perante a nacional. "Quando olhamos os dados de produtos relacionados a essas atividades pecuárias, Minas Gerais permaneceu em primeiro lugar na produção de leite no País e de vacas ordenhadas também. São mais de 9,4 milhões de litros. Isso representa 26,63% de tudo que o Brasil produziu naquele ano de 2023", destaca.

Em 2023, a produtividade média em Minas Gerais foi de 3.094 litros de leite por vaca ao ano. Já o preço médio pago ao produtor caiu 6,6% em relação ao ano anterior, atingindo o valor de R$2,28 por litro.

Os maiores municípios produtores de leite no Estado foram: Patos de Minas (3º no ranking nacional); Patrocínio (4º); Lagoa Formosa (5º); Coromandel (6º) e Carmo do Paranaíba (9º);

Em 2023, volume produzido no Estado foi da ordem de 9,42 bilhões de litros FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Demais produtos - Também entraram no levantamento do IBGE a aquicultura, as produções de ovos de galinha e de codorna, mel de abelha, casulos de bicho da seda e lã de ovelha. Abates de bovinos, suínos, frangos e outros animais não entram na pesquisa (apenas os efetivos são pesquisados).

Rebanhos - Por sua vez, o rebanho bovino mineiro (cerca de 22,5 milhões de cabeças em 2023) apresentou redução de 2,15% em relação ao ano anterior. Apesar da queda, Minas manteve a condição de 4º maior rebanho bovino do País. Mato Grosso manteve-se na liderança, com rebanho próximo de 34 milhões de cabeças, seguido pelo Pará, com 25 milhões, e Goiás, com 23,7 milhões de cabeças.

Minas Gerais também se destaca ao possuir o maior rebanho de equinos do País, mesmo apresentando redução de 2,09% em 2023 frente a 2022. Quando se trata de rebanhos de grande porte, mesmo com Minas ocupando a quarta colocação no rebanho de bovinos e a primeira no de equinos, nenhum município mineiro ficou entre os dez maiores criadores, em virtude da predominância da pecuária extensiva e da área reduzida dos municípios mineiros em comparação com a de outros estados.

Ainda assim, o maior rebanho bovino do Estado está no município de Prata (85º no ranking nacional, com 393,7 mil cabeças), e o de eqüinos, em Carlos Chagas (34º lugar, com 10,1 mil cabeças).

"Em bovinos, especificamente, são mais de 22,4 milhões de cabeças e esses números trazem também uma participação bastante importante para Minas Gerais na produção nacional", considerou a Aline Veloso.

O Estado também mantém a 4ª posição quando o assunto é o rebanho de suínos, com 5,4 milhões de cabeças, atrás dos estados da região Sul onde a suinocultura é a mais tecnificada do País.

Uberlândia mantém o segundo maior rebanho nacional com 608,9 mil cabeças. O volume total de suínos em Minas apresentou redução de 3,43% em comparação com 2022, acompanhando a Pesquisa Trimestral do Abate, que indicou queda de cerca de 3,9%.

"Por sua vez, rebanho bovino mineiro (cerca de 22,5 milhões/ cabeças) em 2023 teve redução de 2,15% em relação ao ano anterior"

Estado é o terceiro em produção de ovos

Já a produção de ovos de galinha subiu 2,17% no Estado, assim como o plantel, que cresceu 0,55%. Minas continuou na 3ª posição nacional na produção de ovos, respondendo por 431,5 milhões de dúzias, e a 4ª no efetivo de galinhas (21,1 milhões).

Itanhandu foi o 6º maior produtor de ovos, com 73,1 milhões de dúzias, e o 7º maior efetivo de galinhas, com 3 milhões de aves.

Em relação total, que inclui também a avicultura de corte, Minas Gerais permaneceu como o 5º maior, com 121,2 milhões, sendo Uberlândia com o 6º maior efetivo do País (subindo duas posições), com um total de 11,8 milhões de aves.

Esse grupo em Minas cresceu 0,38% ante 2022, enquanto o abate das aves apresentou acréscimo de 8,0%. Vale lembrar que, o plantel estimado se refere ao último dia do ano, os dados relativos ao abate refletem o acumulado do ano inteiro.

Ainda no segmento da avicultura, Minas Gerais apresentou o maior efetivo de codornas (2,6 milhões) e a maior produção de ovos de codorna (48,5 milhões de dúzias) do País, apesar do decréscimo de 3,08% no efetivo no final do ano. Entre os dez municípios maiores produtores de ovos de codorna do País, quatro estão no Estado. **(RM)**

Morada Nova de Minas: primeira do País em tilápia

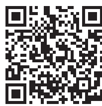
Pelo segundo ano consecutivo, a produção de mel de abelha em Minas (6,9 mil toneladas) registrou alta. Em 2023, o aumento foi da ordem de 11,33%, fazendo com que Minas mantivesse a 4ª colocação no *ranking* nacional. Bocaiúva, no Norte de Minas, foi o maior produtor, com 385 toneladas, e está na 14ª colocação entre os municípios produtores do País.

Aquicultura - Já na aquicultura, o Estado passou para a 4ª colocação no *ranking* nacional de produção de peixes, aumentando 26,16% na produção em relação a 2022, com 47,4 mil toneladas. Esse acréscimo se deu por conta do crescimento da produção de tilápia em Morada Nova de Minas (20 mil toneladas), que passou a ser o maior criador de peixes do País.

O principal peixe produzido em Minas é a tilápia, que responde por 45,5 mil toneladas, representando 96,0% do total do Estado. O segundo produto em importância na aquicultura mineira é a truta, com uma produção de 1,07 mil toneladas (maior estado produtor, com 65,3% da produção nacional), sendo os quatro municípios maiores produtores do Brasil localizados na região da Serra da Mantiqueira, em Minas. São os seguintes:

- Sapucaí-Mirim (1º)
- Itamonte (2º)
- Delfim Moreira (3º)
- Camanducaia (4º)

(RM)



Agenda 2030 deve ser foco dos candidatos

JORNALISMO PROPOSITIVO Eleitores vão às urnas em 6 de outubro - em 1º turno - para escolha de prefeitos e vereadores; políticas públicas devem estar alinhadas ao desenvolvimento sustentável

ADRIANA MULS, Presidente e Diretora Editorial do Diário do Comércio

Incorporar a Agenda 2030 nos planos de governo dos candidatos a vereadores e a prefeitos em Minas Gerais é uma questão de responsabilidade global. Alinhar as políticas públicas com o desenvolvimento sustentável nas cidades é crucial para que sigamos desenvolvendo uma sociedade alinhada à economia mais responsável com o planeta e com as pessoas que vivem nele.

Ao fazer isso, os candidatos ajudam a viabilizar a vida na Terra, a Nova Economia, um futuro mais próspero para suas cidades, um ambiente mais saudável, inclusivo e justo para as gerações futuras. Percebo neste momento eleitoral uma urgência em reforçarmos este assunto.

As queimadas, as tempestades, a fome, as violações constantes contra as mulheres e minorias e as diversas guerras mostram que o momento é de ação imediata e exige dos candidatos às prefeituras e câmaras municipais a sinalização concreta para a construção de gestões e legislações resilientes e sustentáveis. Para nós, eleitores, fica a tarefa de entender o que é a Agenda 2030 e buscar representantes que estejam verdadeiramente envolvidos com algumas de suas metas.

Vejo com espanto o desconhecimento social geral sobre a Agenda 2030, o que são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabeleceu suas 169 metas, e sua relação com as eleições.

Sempre comprometido com o papel de jornalismo propositivo, o Diário do Comércio traz hoje e no próximo sábado (28) duas entrevistas especiais com especialistas sobre eleições e sustentabilidade.

Neste 21 de setembro, Ana Nery, socióloga e antropóloga, integrante do GT Agenda 2030 vai mostrar como as dimensões, diversidades e desigualdades brasileiras fomentam a desinformação sobre as metas da ONU na sociedade e na política.

Já no dia 28, Robson Sávio, coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) vai mostrar como está o cenário da sustentabilidade entre os candidatos de Minas Gerais e como o eleitor pode se informar para o pleito.

Brasil continental favorece desinformação social e política

ENTREVISTA - ANA NERY

ÉLIDA RAMIREZ

A Agenda 2030 representa um compromisso global para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030. Os ODS propostos devem ser adaptados às realidades locais para que o cumprimento das metas seja efetivo.

Uma gestão e uma legislação municipais favoráveis e comprometidas com essas pautas são fundamentais para a redução das desigualdades.

Porém, incluir os ODS na vida dos eleitores e nos planos de governo da maioria dos candidatos ainda é um desafio, alerta, Ana Nery, socióloga, antropóloga e integrante do GT Agenda 2030, a primeira especialista convidada para falar sobre o assunto.


FOTO: ARQUIVO PESSOAL / ANA NERY

"Quando falamos de pessoas eleitoras, precisamos pensar também onde estão essas pessoas, quais são seus níveis de escolaridade, de profissionalização, de acesso a direitos básicos, onde estão e a localização geográfica"
Ana Nery



FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

1) Os eleitores conhecem a Agenda 2030?

Existe desconhecimento. Quando falamos de pessoas eleitoras, precisamos pensar também onde estão essas pessoas, quais seus níveis de escolaridade, de profissionalização, de acesso a direitos básicos e fundamentais e onde estão e a localização geográfica. Precisamos também compreender quais marcadores sociais da diferença compõem sua construção identitária e, assim, compreender qual seu letramento sobre política, sobre cidadania e sobre a Agenda 2030, olhando para o acesso que essas pessoas têm para acessar tais informações. Temos um País com grande dimensão geográfica e, muitas vezes, o acesso a informações é limitado ou negado. Porém, conhecer sobre a Agenda 2030 é reconhecer nossos direitos e saber que nossas escolhas diárias afetam o mundo, influenciam, elaboram e implementam políticas públicas. Por isso, é de suma importância que a gente melhore as condições de vida para todos e haja mais justiça social, que sejam criadas formas de garantir acesso à informação de qualidade e proporcionar espaços de diálogo que contemplem todas as pessoas. Isto está no cerne do que a Agenda 2030 considera para que tenhamos um mundo mais igualitário.

2) Os candidatos conhecem e contemplam a Agenda 2030 em seus planos de governo?

Menos que deveriam. Na agenda política brasileira, muito por conta da grande dimensão do País e dos complexos processos de alinhamento eleitoral para campanhas, das negociações e alianças que são feitas entre partidos políticos, não se pode falar de um letramento político adequado da Agenda 2030 no que se refere à elaboração de políticas de governos ou políticas públicas. Observando com uma lente mais aguçada sua inclusão nos planos de governo a partir dos ODS, isso se torna mais difícil de mensurar exatamente. Embora existam alguns pactos e acordos firmados a partir da intermediação de organizações do Terceiro Setor para pressionar e garantir que as cidades tenham aderência e assumam os compromissos, não temos garantias de que todos os governos municipais estejam alinhados com esse propósito. Precisamos fortalecer as iniciativas já existentes. Gestores devem aderir e a população, fiscalizar e acompanhar os que estão com esse desígnio em suas agendas políticas. De toda forma, é de suma importância que os ODS e suas metas sejam considerados em esfera municipal porque elas buscam garantir acesso aos direitos humanos a todas as pessoas, numa perspectiva integrada e interseccional, promovendo o equilíbrio nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Pensar que essas dimensões são fundamentais para atacarmos os principais problemas enfrentados pelas cidades no Brasil, que é um País de extrema potência, mas com muitos desafios pela grande desigualdade social que enfrenta.

3) Como minimizar a desinformação política e social sobre a Agenda 2030?

Os 17 ODS e suas 169 metas buscam garantir acesso aos direitos humanos a todas as pessoas. Eles devem estar na vida de todos e ser prioridade da nação porque são fundamentais para atacarmos os principais problemas enfrentados pelas cidades no Brasil, que é um País de extrema potência, mas com muitos desafios pela grande desigualdade social que enfrenta. Temos enfrentado nos últimos anos, cada vez mais, questões ligadas às crises climáticas e isso intensifica essa desigualdade, sobretudo quando falamos de grupos vulnerabilizados. O jornalismo propositivo como feito pelo Diário do Comércio, movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor, com a Agenda 2030 e a Plan International Brasil, ajudam a informar e reforçar a luta por um mundo com mais igualdade. O Relatório Luz é um arcabouço de informações sobre o assunto e de livre acesso em (*https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/*). E a mobilização social e a inquietude devem nos guiar para que ninguém seja deixado para trás.

PRÓXIMO SÁBADO

Na semana que vem, a entrevista de sábado (28) será com o doutor em Ciências Sociais e mestre em Administração Pública e coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas, Robson Sávio

Não perca!


Daniela Garcia: ESG é cultura FOTOS: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DANIELA MACIEL


Segundo Adriana Muls, a sustentabilidade passa pelo coletivo



Denise Baumgratz: Minas tem papel fundamental nessa conscientização

Capitalismo Consciente debate o verdadeiro papel das lideranças

REFLEXÃO O gestor sagaz observa a relação, constrói com os colaboradores, com os fornecedores, com a sociedade civil; ele gera a possibilidade de mudança na sociedade

DANIELA MACIEL



O evento "Conexões com Propósito - Capitalismo Consciente em Ação", que aconteceu sexta-feira (20), em Belo Horizonte, reuniu empresários, acadêmicos e outros interessados para a palestra da CEO do Instituto Capitalismo Consciente Brasil (ICCB), Daniela Garcia. A apresentação foi sobre o papel das empresas na construção de uma sociedade capaz de atender às demandas sociais e ambientais urgentes, distribuindo riqueza e qualidade de vida para todos.

"O processo produtivo está superacelerado e a gente vive em um mundo complexo, que gera uma ansiedade brutal. É, realmente, difícil permanecermos focados. Temos uma grande dificuldade para entender o impacto que cada decisão que tomamos - e a omissão é também uma decisão - tem sobre todos. Saber como podemos atuar sobre este sistema econômico fazendo com que ele agregue prosperidade para todos aqueles que estão ao nosso redor. Cada liderança, cada empresário, tem um grande impacto sobre o futuro da sociedade", explicou Daniela Garcia.

Assim, segundo ela, uma empresa consciente se reconhece como tal quando entende o motivo pelo qual existe, que tem propósito e se pergunta qual o seu papel na sociedade para muito além do produto que vende ou serviço que presta. Empresas assim têm um líder consciente que carrega uma bandeira com esse propósito e o personifica na sua forma de atuação. É aquele líder que está completamente atento aos impactos que vai gerar a sua escolha de negócio, de posicionamento.

"Se não for coletiva, a sustentabilidade não floresce. Ela é complementar, compartilhada. Então, o líder consciente observa a relação, constrói com os colaboradores, com os fornecedores, com a sociedade civil. Ele muda todos os ponteiros da empresa porque ao construir relações de valor compartilhado, sem esquecer a performance, ele gera a possibilidade de mudança na sociedade. ESG é cultura", pontuou a CEO do ICCB.

O Conexões com Propósito teve o apoio do Diário do Comércio, que é associado à filial mineira do Capitalismo Consciente. De acordo com a presidente do Diário do Comércio e conselheira da Filial Minas, Adriana Muls, o encontro com lideranças do Estado foi uma grande oportunidade para falar sobre a responsabilidade de cada um no processo de transformação e a sua urgência.

O evento dialoga com o Movimento Minas 2032 (MM2032) - pela transformação global. Liderado pelo Diário do Comércio, o MM2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015.

No seu próprio título - Conexões com propósito - o encontro deixou clara sua ligação com os ODS, principalmente o 17: "Parcerias e meios de implementação: reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável".

"Ao apresentar o Capitalismo Consciente - esse movimento que traz uma nova forma de pensar e fazer negócios - falamos de propósito, de impacto e expansão de consciência pra gente saber, exatamente, qual legado vamos deixar no mundo. A sustentabilidade e essa transformação passam também pelo coletivo e as empresas precisam compreender o seu papel nesse contexto tão complexo", avaliou Adriana Muls.

Para a líder da Filial Regional do Capitalismo Consciente Minas Gerais, Denise Baumgratz, Minas Gerais, pela sua história e tamanho da economia, tem papel fundamental na conscientização dos tomadores de decisão dentro das empresas brasileiras.

"O Capitalismo Consciente conversa com as lideranças que olham para todas as partes interessadas e o CRQA é sobre isso. Apresentamos o Capitalismo Consciente, que coloca as pessoas e a sustentabilidade no centro das decisões empresariais. Estamos muito felizes com a oportunidade da Daniela Garcia falar para os empresários mineiros. A Filial Minas é a primeira formada depois do Movimento se instalar em São Paulo. Queremos construir redes de parcerias. O ODS 17 fala sobre as parcerias e falamos também sobre o ODS Zero, que é a elevação de consciência para que todos os outros avancem", destacou Denise Baumgratz.

O encontro foi realizado no Centro de Referência do Queijo Artesanal (CRQA), no Espaço 356, no bairro Olhos d'Água (região Centro-Sul). Inaugurado há pouco mais de um ano, segundo a sua coordenadora, Danielle Barcelos, o Centro de Referência é um espaço cultural que agrega produtos e experiências relacionadas à gastronomia mineira. O CRQA reúne exposição permanente sobre o queijo artesanal, loja colaborativa, biblioteca dedicada à gastronomia, anfiteatro para eventos, área de convivência e sala de aula completa com cozinha didática.

"Ficamos muito felizes com a escolha do nosso espaço para este evento. O Capitalismo Consciente, essa preocupação com social, com o meio ambiente, com a inserção de pessoas em vulnerabilidade, em como podemos contribuir para dar uma nova visibilidade, um novo um leque de possibilidades, diz respeito ao que fazemos aqui. No CRQA buscamos valorizar os produtos e os saberes locais para desenvolver a economia regional", afirma Danielle Barcelos.

CLIMA ORGANIZACIONAL

Felicidade é a chave para o sucesso das empresas

Um estudo da organização global The School of Life em parceria com a Robert Half revelou uma verdade que cada vez mais empresas estão reconhecendo: a felicidade dos colaboradores é um fator determinante para o sucesso do negócio. A pesquisa, que ouviu mais de 700 profissionais, aponta que 90% dos líderes e liderados acreditam que as empresas têm responsabilidade pela felicidade de seus colaboradores.

Mas o que torna um colaborador feliz? Segundo a pesquisa, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, o reconhecimento e a valorização, além do senso de propósito, são os principais fatores. "Ao criar um ambiente de trabalho positivo e acolhedor, uma empresa consegue atrair e reter os melhores talentos, estimular a inovação e alcançar resultados superiores", destaca Cristiane Mascarenhas Guedes, psicóloga e líder de pessoas da Alctel, empresa mineira referência em soluções tecnológicas.

Cada vez mais as empresas estão investindo na felicidade dos seus colaboradores como uma estratégia para o crescimento sustentável. A Alctel, exemplo de instituição que garante bons resultados investindo em uma cultura organizacional que promove o ambiente corporativo saudável, já garantiu o título de uma das melhores empresas para se trabalhar e tem conquistado o seu setor. Neste ano, a empresa, criada há 28 anos em Belo Horizonte com filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Belém, superou desafios e bateu metas. Com o apoio de colaboradores motivados e felizes, a empresa cresceu muito nos últimos anos e, somente neste ano, projeta um faturamento 40% maior em relação a 2023.

"Somos hoje uma marca admirada, uma empresa respeitada pelos colaboradores e pelo segmento. O nosso propósito, antes de tudo, é estimular, incentivar e promover o nosso colaborador. A Alctel é um lugar de gente feliz e estamos provando que é possível promover a felicidade no ambiente de trabalho e conquistar o mercado", ressalta a psicóloga.

Clima organizacional - A empresa investe em diversas iniciativas para promover o bem-estar dos colaboradores, como programas de reconhecimento, desenvolvimento profissional e eventos de integração. "Ao promover um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e divertido, as instituições incentivam a inovação e o desenvolvimento pessoal", argumenta Cristiane Mascarenhas Guedes.

Mas o que a Alctel faz de diferente? Cristiane Mascarenhas Guedes explica que em primeiro lugar a empresa adota uma abordagem humanizada e focada nas pessoas. "Acreditamos que para ser um bom colaborador, é preciso, antes de tudo, ser feliz. Queremos promover a felicidade", diz.

Essa filosofia da empresa se traduz em diversas iniciativas, como horário flexível, carga horária de 40 horas e não 44 horas, programa de incentivo à saúde mental, cultura de celebração em datas comemorativas como oportunidades para reunir a equipe e estreitar laços, plataforma Feedz - utilizada para promover a interação entre os colaboradores, dar *feedbacks* e celebrar conquistas -, programa de recompensas, entre outras ações de valorização do colaborador.

Drinque pronto da Ambev traz novo sabor para Minas

ENTREVISTA - ANNELISE ALVES

DANIELA MACIEL

A celebração no Parque do Palácio, no bairro Mangabeiras, no início do mês, marcou a chegada do novo drinque pronto da Ambev a Minas Gerais: o Brutal Fruit. A bebida, que é apresentada ao mercado como doce e marcada pela refrescância da infusão de frutas cítricas e vermelhas com o suco de maçã, é gaseificada e finalizada com um toque floral.

Originário da África do Sul – onde é a terceira marca mais valiosa e líder no segmento de drinques prontos –, o Brutal Fruit Spritzer se destaca nos mercados africano, chinês e britânico.

Nessa entrevista exclusiva ao Diário do Comércio, a diretora de Match da Ambev, Annelise Alves, fala sobre essa e outras novidades da Beyond Beer, divisão criada pelo Grupo Ambev para bebidas além da cerveja, como drinques prontos e não alcoólicos.

O lançamento do Brutal Fruit está sendo feito em etapas no Brasil. Como a marca integra a estratégia de drinques prontos da Ambev no País?

Brutal Fruit Spritzer é a principal aposta do ano em Beyond e em inovar a partir das principais tendências de mercado. E é uma avenida de crescimento para o negócio, pois atende um público incremental, que vem da diversificação do nosso portfólio. Brutal Fruit chega para complementar nosso portfólio de bebidas e ser mais uma opção para as pessoas que estão em busca de uma bebida além das já conhecidas e tradicionais, trazendo uma proposta diferente de tudo que tem no mercado, para atender ao desejo das pessoas que buscam por um toque de sofisticação no dia a dia, seja para um *brunch* ou aquele almoço especial com as amigas. O lançamento surpreende por oferecer uma experiência *premium* sendo, ao mesmo tempo, acessível e prático. E, com isso, queremos dar mais um passo e desenvolver a categoria de drinques prontos e de *spritzers* no Brasil.


FOTO: VINÍCIUS SANTIAGO

"Minas é um estado que tem, em seu DNA, a cultura da celebração. E essa é a proposta de Brutal Fruit: um drinque refrescante e ideal para qualquer ocasião, perfeito para aqueles que buscam experiências surpreendentes"
Annelise Alves

Qual a importância de Minas nessa estratégia e em quais regiões do Estado a bebida já está disponível? Existe um cronograma para que chegue nas principais praças?

Minas Gerais é um estado que tem, em seu DNA, a cultura da celebração. E essa é exatamente a proposta de Brutal Fruit: um drinque refrescante e ideal para qualquer ocasião, perfeito para aqueles que buscam experiências surpreendentes, seja em um almoço em família, viagem ou barzinho com as amigas. Não por acaso essa foi uma das primeiras praças a receber o drinque, após o lançamento em Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília - onde tivemos um piloto muito bem-sucedido. Iniciamos a expansão nacional este ano, ainda não temos próximas datas, mas estamos muito animados e a receptividade está sendo ótima.

Em Minas Gerais, Brutal Fruit está disponível nas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - por meio das redes de supermercado Supernosso e Verdemar e no Zé Delivery. No interior, pode ser encontrada nos supermercados da rede Coelho Diniz. Além disso, ela já pode ser comprada no *e-commerce* e enviada para todo o território nacional.

O Brutal Fruit é uma marca sul-africana. Ele será produzido no Brasil?

Sim, é produzido aqui, na fábrica de Jacareí, interior de São Paulo.

Podemos esperar outros lançamentos nos próximos meses?

Ainda não temos lançamentos para dividir, mas estamos sempre atentos às tendências e escutando ativamente nossos consumidores - é uma premissa de BeyondBeer, de identificar anseios e inovar com agilidade, seja criando receitas, seja trazendo marcas de fora e que estão conquistando outros mercados.

A ideia é que os drinques prontos sejam todos produzidos no Brasil? Algum deles poderá ser produzido em Minas Gerais?

Na verdade, os drinques prontos da Ambev já são produzidos em território nacional, como os Beats, Mike's e, agora, Brutal Fruit.

Drinques brasileiros podem integrar essa estratégia e serem distribuídos no exterior?

Beyond, como um todo, tem a proposta de inovar com agilidade, tanto com a criação de receitas quanto com marcas de fora. Isso é uma ideia geral da divisão, que está presente em outros países também, então vai muito do que entendemos que tem potencial nas praças. Se alguma marca ou drinque nosso fizer sentido, por que não? **(DM)**

NOVIDADE

"Caipitoneira", a betoneira que prepara caipirinha

JULIANA SODRÉ

A betoneira é uma máquina comumente usada na construção civil para preparar a mistura de materiais como cimento, areia, água e pedra com o objetivo de produzir concreto. Acontece que o mercado de eventos acabou impulsionando para a inovação e geração de um novo produto no grupo catarinense Menegotti. Eles criaram uma betoneira específica para o preparo de uma das bebidas mais tradicionais no País: a caipirinha.

Batizada de "caipitoneira", ela foi desenvolvida com tambor em inox polido e inspirada no modelo da betoneira mais vendida pela companhia: a 400L Rental, de 400 litros. Com o mesmo sistema de funcionamento, porém com capacidade de 15 litros, ela é própria para o preparo de *drinks* e bebidas. E assim como os tradicionais produtos da empresa, consta no catálogo de vendas.

"A princípio criamos para nós mesmos levarmos em eventos, feiras, emprestávamos para clientes ou fazíamos eventos dentro da própria empresa. Acontece que o sucesso foi tão grande que resolvemos produzir para comercializar", comenta o gerente comercial de vendas nacionais da empresa, Felipe Francener.

Na Maq Sales Representações, empresa que representa o grupo há 25 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMNH), localizada em Betim, o produto é mais vendido para locadoras de máquinas e equipamentos. "Não é comum vendermos para o consumidor final, as empresas de aluguel de máquinas são nossos maiores clientes", comenta Pedro Sales, um dos sócios da Maq Sales Representações.

De acordo com ele, os clientes das empresas de aluguéis alugam a caipitoneira para objetivos variados. Desde promotores de eventos, restaurantes e *buffets* para fazerem *drinks* em maiores volumes até, como ele relembra, para o preparo de comida em maior quantidade como o pão de queijo já que é um misturador.

Entretanto, Sales conta que a experiência com a iguaria mineira não foi bem-sucedida, mas garante que o cliente quis o produto para esta finalidade. "Como não tinha tampa e a capacidade é de 15 litros, ficou pequeno e inadequado para o objetivo", diz.

A fabricante não revela quantas caipitoneiras já foram vendidas no País e no Estado até hoje, já que o produto foi lançado em 2023. Entretanto, contam com parceiros comerciais para a venda da novidade em todo o mercado nacional. O valor da máquina gira em torno de R$ 5 mil a 6 mil.



Batizada de "caipitoneira", ela foi desenvolvida com tambor em inox polido e inspirada no modelo da betoneira mais vendida pela companhia: a 400L Rental FOTO: REPRODUÇÃO / INSTAGRAM / MENEGOTTI

VINHO DA CASA

MARCELLE JUSTO

Jornalista especialista em vinhos. Tem a certificação inglesa da Wine & Spirit Education Trust, WSET 2; fez a formação profissional da Associação Brasileira de Sommeliers (ABS-Rio) e cursou Introdução à Enologia no Senac-Rio.

Zona da Mata começa a despontar no cenário vitivinícola mineiro

As versões para a origem dos Vinhos da Mata são variadas e com muitos personagens. O importante é que, em determinado ponto, todos eles se encontram para contar essa história juntos.

De forma cronológica, é preciso apresentar o engenheiro agrônomo Sérgio Motoike, que há 30 anos dá aulas na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Entre suas pesquisas estava a vitivinicultura e a certeza de que a Zona da Mata tinha total aptidão para a produção de vinhos: altitude elevada e um outono seco, com amplitude térmica a partir de maio, condições que sempre privilegiaram a produção de cafés *gourmet*.

No campus, desde 2001 é cultivada uma variedade híbrida franco-americana, a chambourcin. De colheita de inverno, é resistente a doenças e produz um vinho tinto de qualidade. A área serve para aulas práticas de cultivo e produção. "*Quando o interesse pela vitivinicultura na região aumentou, a área de produção na Universidade foi ampliada*", conta o professor.

O crescimento tem a ver com o "boca a boca" de um grupo de novos vinhateiros que pretendem atrair outros produtores para a pequena Vieiras, município vizinho a Muriaé.

À frente do grupo estão o designer Daniel Maia e a relações públicas Silene Berne, que fundaram a vinícola Alto do Gavião. Com a estrutura ainda em construção, os vinhedos estão na quarta colheita, com as duas primeiras já engarrafadas.

O entusiasmo da dupla, que já tem uma segunda fazenda, a Chão de Estrelas, atraiu inúmeros sócios e os planos são ousados. "*Estamos trabalhando para que, num futuro próximo, o Vinho da Mata seja uma IG (indicação geográfica)*", projeta Silene Berne.

Segundo ela, os vinhos locais têm "*complexidade, notas de chocolate e café, que são aromas terciários, mesmo sem barrica. Ainda estamos estudando o porquê, mas são tintos com muita fruta vermelha e final intenso e prolongado*", descreve a vinhateira.

Já em Lima Duarte, a inspiração é o Rhône, região que o engenheiro Leonardo de Paula e a advogada Ana Carolina Garcia percorreram. Eles foram conhecer *in loco* um dos principais *terroirs* da França e decidiram trazer um pouquinho do que viram para a Zona da Mata, onde a família mantinha uma fazenda de gado leiteiro.

Na propriedade está sendo criada, desde 2016, a vinícola Garcia de Paula. Os vinhedos começaram a brotar em 2022. A qualidade das 100 primeiras garrafas deu entusiasmo para o casal seguir em frente.

Hoje, são 2,5 hectares plantados, entre Syrah e Sauvignon Blanc, 30% em plena produção. A ideia é chegar a 10 hectares e investir em enoturismo.

"*Ano que vem, já teremos parte do receptivo. Será uma vinícola boutique com aconchego de fazenda*", diz Ana Carolina Garcia, ao lado do marido e dos dois filhos, que vão fazer crescer ainda mais o número de personagens dentro dessa história que está só começando. %

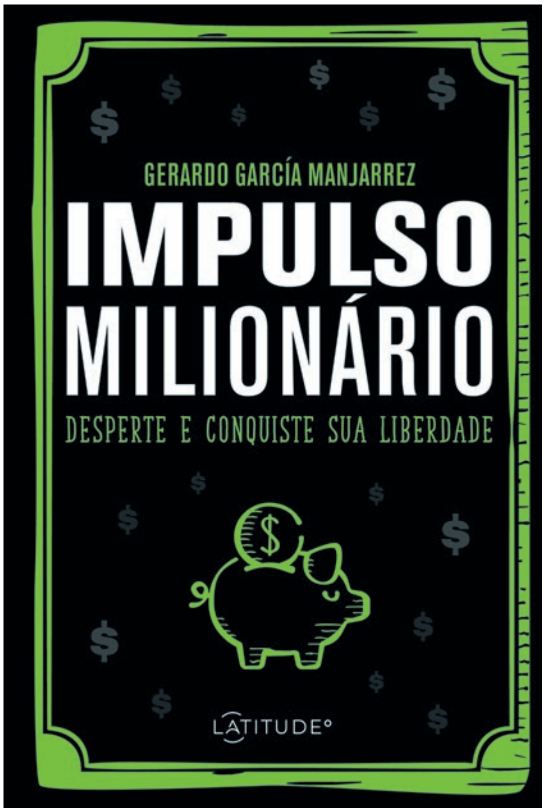
Estratégias podem gerar acúmulo de riqueza

% FINANÇAS PESSOAIS Especialista ensina, em seu novo livro "Impulso milionário", como conquistar a liberdade financeira

Acumular riqueza vai além do hábito de poupar e realizar investimentos para que o dinheiro trabalhe para você. De acordo com o consultor financeiro Gerardo García Manjarrez, juntar recursos para construir fortuna é um exercício de controle sobre gastos, que exige inteligência financeira, criatividade e tenacidade.

No livro "Impulso milionário: desperte e conquiste sua liberdade", o mexicano especialista em finanças pessoais e investimentos destaca, entre outros aspectos, a importância de compreender as minúcias do sistema financeiro atual. A obra, publicada no Brasil pela Latitude, promete ser um guia para que o leitor desenvolva uma relação saudável com o próprio dinheiro e possa conquistar a independência financeira.

Caderno e caneta serão essenciais durante esta leitura. Manjarrez propõe questionamentos sobre mentalidade, situação financeira, objetivos, metas e sonhos a serem realizados. Por meio de exercícios, dicas práticas e mapas mentais, o autor



proporciona um salto para uma jornada de autodescoberta e amadurecimento pessoal e, principalmente, financeiro.

Neste livro, Gerardo García Manjarrez traz lições valiosas sobre educação financeira e por meio de exemplos reais mostra que não importa a origem, com os conhecimentos necessários, todos podem chegar aonde desejam. Impulso Milionário é indicado especialmente para aqueles que buscam conquistar a independência financeira e acumular riqueza. %

% FICHA TÉCNICA

Título: Impulso milionário: desperte e conquiste sua liberdade
Autor: Gerardo García Manjarrez
Editora/selo: VR Editora/Latitude
Páginas: 284
Preço: R$ 59,90

% ADMINISTRAÇÃO

Carreira gerencial exige papéis-chave

A transição para a carreira gerencial é um desafio complexo que exige uma mudança significativa de mentalidade. Para auxiliar aqueles que percorrem esse caminho e desejam aprimorar as competências que sustentam a liderança, o especialista em desenvolvimento profissional e consultor empresarial Yuri Trafane lança o livro "Os Quatro Papéis - Lições de liderança, gestão, estratégia e empreendedorismo na carreira gerencial".

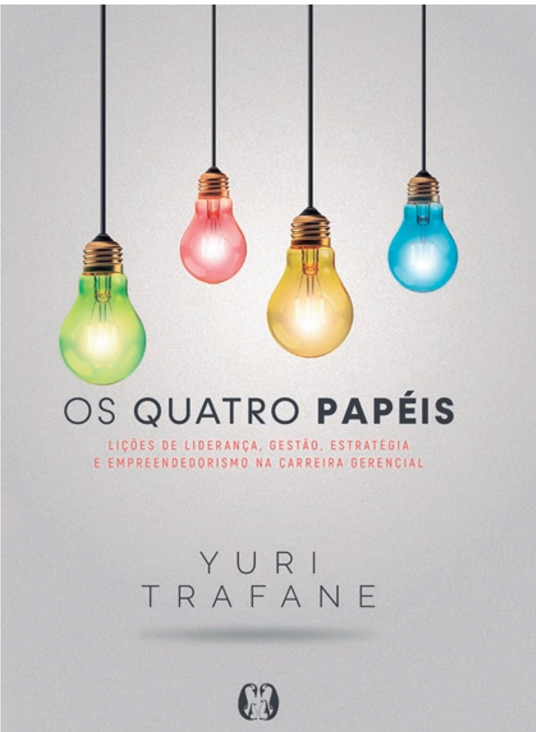
Ao longo das páginas, o leitor mergulha nas particularidades dos quatro papéis essenciais que profissionais em cargos gerenciais devem desempenhar: líder, gestor, estrategista e empreendedor intracorporativo. A importância de engajar equipes, estabelecer metas claras, desenvolver uma visão sistêmica e estimular a inovação constante são alguns dos temas abordados.

Os pilares servem como facilitadores para enfrentar as complexidades reais do universo corporativo e estão fundamentados em competências técnicas (práticas), cognitivas (conhecimentos) e essenciais (talentos), que podem ser desenvolvidas e aprimoradas. Segundo Trafane, ao compreender e dominar esses diferentes papéis, o líder estará bem-preparado para conduzir sua organização rumo ao sucesso.

A obra é fruto da ampla vivência empresarial do autor aliada à busca obstinada por conhecimento de primeira linha. O conteúdo também teve como base diálogos com executivos das centenas de empresas para as quais ele trabalhou. 3M, Bayer, Bosh, BTG, Ceratti, Coca-Cola, Eaton, IBM, iFood, LG, Mary Kay, Natura, Nestlé, Nivea, Pão de Açúcar, Pirelli e Walmart são alguns dos gigantes atendidos nas últimas duas décadas.

Com vasta experiência como executivo e por sua atuação como líder de programas de desenvolvimento em grandes organizações por meio da Ynner, empresa fundada em 2002, Yuri Trafane apresenta no livro uma perspectiva pragmática que não apenas identifica os desafios enfrentados pelos líderes corporativos, mas também oferece um guia acionável para superá-los.

A partir da exploração de conceitos-chave relacionados à liderança, gestão, estratégia e empreendedorismo, "Os Quatro Papéis" se destaca como um recurso para quem busca a excelência na maneira de gerir equipes e negócios. Uma leitura indispensável para guiar profissionais de todas as áreas em suas jornadas rumo à prosperidade organizacional. %



% FICHA TÉCNICA

Livro: Os Quatro Papéis - Lições de liderança, gestão, estratégia e empreendedorismo na carreira gerencial
Autor: Yuri Trafane
Editora: Ynner / Novaskill
Páginas: 360
Preço: R$ 79

% MARKETING

Novo livro questiona "foco no digital"

Cursos rasos, *e-books* mal embasados, palestras vazias, *templates* nada originais... Muitas são as estratégias dos "gurus de internet" para vender a ideia de que o *marketing* se faz com fórmulas prontas e milagrosas. Para confrontar essa visão equivocada, o especialista em Marketing Estratégico Nino Carvalho lança "Mais marketing, menos guru" pela DVS Editora.

Na obra, o autor busca as origens e as práticas clássicas do *marketing* em referências diversas, tanto as mais atuais quanto as mais tradicionais, incluindo investigações em documentos originais centenários. Assim, cria um guia de sobrevivência para os apaixonados por *marketing*, dos profissionais da área aos consultores, agências e empreendedores de todos os portes. O lançamento é equilibrado entre a teoria e a prática, apresentando conceitos com fundamentos acadêmicos somados a exemplos práticos que ajudam o leitor a navegar por um mercado repleto de falácias e superficialidades.



Saber se comunicar com o público da forma correta, trazendo não apenas influência, mas também autenticidade, é uma habilidade que se constrói além dos modelos prontos vendidos por muitos influenciadores. Nesse sentido, o livro oferece uma saída para aqueles que desejam administrar a própria marca de maneira inteligente, fugindo das armadilhas que a conveniência dos gurus pode representar.

Nino desmente ainda correntes que ganharam força nos últimos anos como a mentalidade de que o único foco do *marketing* deve ser no digital. Ele explica que as empresas hoje colocam as interações com o público nas redes sociais acima da estratégia e de uma sólida leitura do momento atual da organização. %

% FICHA TÉCNICA

Título: Mais marketing, menos guru
Autor: Nino Carvalho
Editora: DVS Editora
Páginas: 232
Preço: R$ 84



LEGISLAÇÃO

Renúncia fiscal será de R$ 543,7 bilhões em 2025

TRIBUTOS Concessão de benefícios a empresas e pessoas físicas corresponde a um aumento de R$ 20 bilhões na comparação com o valor estimado neste ano

Brasília - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai abrir mão de arrecadar R$ 543,7 bilhões em 2025 com a concessão de benefícios tributários a empresas e pessoas físicas. O montante representa um aumento de R$ 20 bilhões em relação ao valor estimado de renúncias neste ano.

A projeção dos chamados gastos tributários foi encaminhada ao Congresso como informação complementar ao Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2025.

Na contramão do tamanho da renúncia de impostos, o governo previu que dependerá de R$ 166 bilhões de receitas extras para fechar a peça orçamentária com déficit zero estabelecido como meta fiscal para o ano que vem.

As renúncias estimadas representam 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e 19,7% de todos os impostos e contribuições que a Receita Federal espera arrecadar no ano que vem.

Os gastos tributários estão na mira da equipe econômica, que quer reduzir esses incentivos para aumentar a arrecadação e tirar as contas públicas do vermelho. A lista das renúncias funciona como uma radiografia atualizada das prioridades do governo e dos setores mais beneficiados.

O Simples Nacional (sistema tributário para micro e pequenas empresas) lidera a lista das maiores renúncias com 22,25% do total dos incentivos. Para 2025, a proposta de Orçamento prevê um gasto total de R$ 121 bilhões com o Simples, sendo R$ 106,64 bilhões com empresas de comércio e serviços e R$ 14,4 bilhões da indústria.

Os benefícios atrelados à agricultura e agroindústria estão em segundo lugar com R$ 83,5 bilhões (15,28%), seguido pelos rendimentos isentos e não tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), 10,48%, e das entidades sem fins lucrativos (8,38%).

Com as deduções de despesas médicas e de educação que os contribuintes podem fazer na tabela do IRPF, o governo deixar de arrecadar R$ 34,7 bilhões. O peso da renúncia dessas despesas médicas é de R$ 29 bilhões e da educação, de R$ 5,6 bilhões.

Em entrevista recente à Folha de S.Paulo, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, antecipou que o governo estuda medidas para definir uma meta anual de cortes desses benefícios. O esforço faz parte de uma das frentes do programa de revisão de gastos sob o comando da ministra. A revisão dos incentivos depende, no entanto, de aprovação do Congresso.

"É urgente fixarmos pela Constituição, ainda que com uma escala em oito anos, a saída de 6% até 2% do PIB desses gastos tributários", disse Simone Tebet.

Além dos gastos tributários, o governo concede benefícios creditícios e financeiros (subsídios), que também tiram verbas do Orçamento que poderiam ser usadas em outras políticas públicas.

Juntos esses três tipos de incentivos superam 6% do PIB, montante de recursos que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chama de caixa-preta que precisa ser aberta para definir as prioridades do gasto público.

Uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso em 2019 determinou o corte desses benefícios para 2%, mas a medida não chegou a ser implementada. Segundo Simone Tebet, o texto estava mal escrito e deixou brechas para que não tivesse eficácia.

A ministra afirmou na entrevista que mudanças no desenho do Simples Nacional para aumentar a arrecadação do governo e ajudar no equilíbrio das contas públicas estão em análise no programa.

No caso das deduções do IRPF, o governo estuda criar um teto para o desconto desses gastos, a exemplo da regra existente atualmente para gastos com educação. O tema é sensível politicamente, mas técnicos do governo avaliam que a falta de um limite acaba privilegiando contribuintes com renda mais alta. **(Adriana Fernandes/Folhapress)**


A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirma que o governo estuda mudanças no Simples para ampiiar a arrecadação FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Perse vai gerar uma perda de R$ 5,66 bi

Brasília - O governo federal previu para o ano que vem uma renúncia de R$ 5,66 bilhões com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado na pandemia da Covid-19, que foi prorrogado neste ano com um teto de R$ 15 bilhões de renúncia fiscal.

Um sinal de que a maior parte do espaço até o teto ser alcançado já foi consumida neste ano. A equipe econômica tentou acabar com esse programa, que abriu brechas para fraudes, mas enfrentou uma forte resistência no Congresso, sobretudo na Câmara.

A previsão dos gastos tributários apontou uma concentração de 77,48% do valor dos gastos em cinco áreas orçamentárias de governo: comércio e serviço (23,67%), agricultura (17,60%), saúde (16,25%), indústria (10,20%) e Trabalho (9,75%).

Os incentivos globais para os setores de comércio e serviço foram estimados em R$ 128,6 bilhões. O setor agrícola vai abocanhar sozinho R$ 95,71 bilhões dos benefícios incentivos tributários, enquanto a indústria ficou com R$ 55,46 bilhões. Entre eles, R$ 7,7 bilhões para o setor automotivo.

Por outro lado, os incentivos para a área de gestão ambiental, que enfrenta problemas com os efeitos do desmatamento e queimadas, somam R$ 345,4 milhões, apenas 0,06% do total do gasto tributário. Isso representa metade dos R$ 760 milhões que o governo prevê gastar com o horário eleitoral, cujo custo também entra na lista de renúncia tributária.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é o tributo mais usado para a concessão dos incentivos: 25,62% do total e 1,12% do PIB. O Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) está em segundo lugar com 19,80% das renúncias e 0,87% do PIB.

As renúncias tributárias estão concentradas nas regiões mais ricas do país: Sudeste (47,26%) e Sul (17%). Em contrapartida, a região Sudeste possui uma renúncia tributária de 14,67% de sua arrecadação.

Por outro lado, as regiões mais pobres possuem os maiores percentuais de participação da renúncia em relação ao que contribui para a arrecadação: Norte (75,51%) e Nordeste (36,05%). **(Adriana Fernandes/Folhapress)**

TURISMO

Ministro defende o acesso a jogos de azar

Belém - O ministro do Turismo, Celso Sabino, comparou na sexta-feira (20) evitar o acesso a jogos de azar, cuja liberação pode ocorrer com a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.234/2022, a barrar o uso de carros no Brasil por causa de acidentes automotivos.

"O número de acidentes de trânsito nas estradas brasileiras é um número muito elevado, nem por isso nós vamos proibir os veículos automotores no Brasil", disse Sabino após abertura oficial do G20 Turismo em Belém, sua cidade natal, no Pará.

O ministro defende a aprovação do PL dos jogos, em tramitação no Congresso, e disse esperar que o projeto seja aprovado ainda este ano. "Esperamos ainda que ele possa ser votado antes ou logo após as eleições", afirmou.

O PL gera controvérsia porque, embora possa gerar renda, também pode prejudicar o crescimento sustentável, uma vez que os jogos de azar são associados à possibilidade de vício.

Segundo Sabino, o projeto é bem pensado para evitar os danos do vício, prevendo que quem tem propensão a se viciar não possa entrar em áreas de cassino, por exemplo.

Além disso, o ministro afirmou que o PL prevê receita dos resorts integrados para compor uma contribuição com destinação específica para prevenção e tratamento de jogadores compulsivos.

O texto estabelece, ainda, que os cassinos devem ser construídos em áreas que recebem pouco turismo, segundo Sabino, que falou em projeção em torno de R$ 20 bilhões em arrecadação anual, embora o ministro diga ser mais conservador na previsão.

Belém recebe o G20 com a promessa de fomentar um turismo sustentável do ponto de vista social e reduzir as desigualdades no país. O encontro acontece até este sábado (21) e envolve ministros de diferentes delegações internacionais. **(Ana Gabriela Oliveira Lima/Folhapress)**

CURTAS

Crimes praticados na internet

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) realizou, na última quinta-feira (19), a Operação 404. Em sua sétima fase, a ação tem o objetivo de combater crimes praticados contra a propriedade intelectual na internet e faz parte de uma mobilização internacional. Conteúdos em áudio e vídeo, como jogos e músicas, foram removidos, além do bloqueio e suspensão de 675 sites e 14 aplicativos de streaming ilegais. Também houve a desindexação de conteúdo em mecanismos de busca e remoção de perfis e páginas em redes sociais. Foram cumpridos 30 mandados de busca e apreensão e cinco de prisão. Diversos materiais relacionados aos crimes foram apreendidos em decorrência das ordens judiciais.

Negativação de devedores

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento concluído na última terça-feira (17), consolidou a jurisprudência da corte sobre a negativação de devedores e, agora é oficialmente permitido realizar a notificação de forma exclusivamente eletrônica. Anteriormente, a 3ª Turma entendia que essa notificação deveria ser enviada fisicamente ao endereço fornecido pelo devedor ao credor. Esse entendimento anulava notificações enviadas por canais eletrônicos, como WhatsApp, e-mail ou SMS. Em maio deste ano, a 4ª Turma do STJ abordou o mesmo tema e decidiu que a notificação pode ser feita exclusivamente por meios eletrônicos, desde que haja comprovação de envio e recebimento da mensagem. A advogada Kelly Pinheiro, afirma que a mudança reflete a realidade atual da sociedade brasileira, que está totalmente conectada e faz uso intenso de dispositivos eletrônicos.

Novas delegacias da Receita Federal

A Receita Federal anunciou a criação de quatro novas delegacias especializadas em grandes contribuintes, com o objetivo de atender setores econômicos específicos. As novas unidades serão implantadas em Manaus (AM), Salvador (BA), Florianópolis (SC) e São Paulo (SP), e focarão em segmentos como produtos farmacêuticos e hospitalares, turismo, hotelaria, agricultura e tecnologia. O movimento visa segmentar o atendimento para cerca de 1,5 mil grandes empresas no País, promovendo mais agilidade e eficiência no acompanhamento fiscal. Katia Gutierres, sócia do Barcellos Tucunduva Advogados, vê a criação dessas delegacias de maneira positiva, acreditando que essa especialização permitirá ao Fisco entender melhor as características dos diversos setores da economia.

Direito jurídico dos animais

Os animais devem ganhar direitos jurídicos com a reforma do Código Civil. "Esta mudança vai alinhar o código às modernas concepções de proteção animal, reconhecendo os bichos como sujeitos de direitos específicos, em vez de meros objetos de propriedade", diz a advogada Isabela Rebello Santoro Heringer, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink. Ela explica que, caso aprovado o reconhecimento dos animais como seres sencientes, a proteção legal contra maus-tratos, abuso e exploração será ampliada. De acordo com Isabela Santoro, as questões relativas à convivência e à manutenção dos animais de estimação após a dissolução de um casamento ou união estável são frequentemente tratadas nos tribunais, mas a falta de uma regulamentação específica no Código Civil tem levado a decisões contraditórias.



FINANÇAS



Com unidades industriais em Araxá e Perdizes, no Alto Paranaíba, a Bem Brasil está no mercado há 17 anos e já contratou R$ 100 milhões em 15 financiamentos junto ao BDMG FOTO: DIVULGAÇÃO / BEM BRASIL

BDMG libera R$ 33,3 bi em financiamentos nas duas últimas décadas

FOMENTO Instituição, que completa 62 anos neste mês, forneceu crédito para quase 67 mil empresas e mais de 730 prefeituras em 20 anos

De uma loja de venda de aparelhos de celular, em 1997, a belo-horizontina Blip virou uma gigante na área de tecnologia com a construção de uma plataforma de contatos inteligentes, presente em 32 países. Já a Bem Brasil construiu sua primeira fábrica em 2006, no Triângulo Mineiro, sem imaginar que responderia por 53% de todo o consumo de batatas no Brasil.

Em segmentos distintos, essas empresas têm um ponto em comum: contaram com o crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para se tornarem líderes no mercado. Neste mês de setembro, a instituição de fomento completa 62 anos de atuação e, considerando os últimos 20 anos, já liberou R$ 33,3 bilhões em financiamentos a quase 67 mil empresas e a mais de 730 prefeituras de todos os portes.

Além disso, 40% desses desembolsos ocorreram a partir de 2019, reforçando a política do governo de Minas de incentivo ao empreendedorismo. Essa atuação estimulou a geração de mais de 340 mil empregos, R$ 500 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o faturamento de R$ 28 bilhões na economia, conforme a matriz insumo-produto do BDMG.

"Com o recurso em caixa, as empresas modernizam seus negócios, se tornam mais competitivas, geram emprego, renda e transformam a realidade das pessoas das cidades em que estão localizadas e, claro, do Estado. Na prática, o BDMG faz a diferença na vida dos mineiros", afirma o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto, lembrando que o banco esteve presente em quase 100% dos municípios, com registro de operações em 847 das 853 cidades mineiras.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, esse desempenho reforça o papel do banco como parceiro do governo de Minas na busca pelo crescimento econômico e na meta de alcançar 1 milhão de empregos gerados.

"Os números demonstram com transparência porque Minas é hoje o melhor lugar para se investir. Nos últimos seis anos, o BDMG praticamente dobrou o crédito. Isso é marca e efeito de um governo que mantém um ambiente atrativo para os negócios e, consequentemente, garante mais empregos e qualidade de vida para os mineiros", destaca.

Líder no mercado - Entre as empresas que cresceram a partir da parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) está a Bem Brasil, que já contratou 15 financiamentos que somam R$ 100 milhões. Os valores captados foram aplicados para expandir e criar linhas de produção. A companhia encerrou 2023 com um faturamento de R$ 3,7 bilhões e produção de 430 mil toneladas de batata processada, sendo líder neste segmento no País.

"A Bem Brasil está no mercado há 17 anos, e a parceria com o BDMG, tem sido de grande importância para o crescimento da empresa, por meio de uma boa combinação de taxas, prazos e produtos financeiros", afirma Klinger Vidal, diretor administrativo e financeiro da companhia, que tem 1.300 funcionários nas unidades de Araxá e Perdizes, no Alto Paranaíba.

> **"Com o recurso em caixa, as empresas modernizam seus negócios, se tornam mais competitivas, geram emprego, renda e transformam a realidade"**
> Gabriel Viégas Neto



O diretor administrativo e financeiro da Bem Brasil, Klinger Vidal, destaca a parceria com o BDMG FOTO: DIVULGAÇÃO / BEM BRASIL

Pioneirismo em inovação marca trajetória da Blip

Entre os 4 mil clientes da Blip estão Itaú, Dell e Claro. Em 1997, ainda com o nome de Take.Phone, ela comercializava celulares e, alguns anos depois, *ringtones* (toques de celular). Desde então, passou por diversas evoluções até criar uma plataforma de ponta para a orquestração de contatos inteligentes, que ajuda empresas a vender, engajar e se relacionar com clientes em canais de mensagem, como o WhatsApp.

Nessa trajetória, contratou quase todas as linhas de inovação do banco em 24 operações que, juntas, totalizam R$ 24,5 milhões. O *co-founder* e *chairman* Daniel Costa ressalta que o crédito foi essencial para serem pioneiros no mercado. "Com o crédito, adquirimos robustez para investir em áreas-chave, como tecnologia, produto e desenvolvimento de equipe", aponta.



Daniel Costa afirma que o crédito foi essencial para a Blip adquirir robustez e investir em áreas-chave FOTO: DIVULGAÇÃO / BLIP

Cedro Textil é uma das dez companhias mais antigas do País

Com 152 anos de existência, a Cedro Textil é uma das dez empresas mais longevas do País em atividade. Os registros datam os primeiros financiamentos com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) na década de 70, quando a empresa modernizou seu parque industrial. Líder no mercado têxtil nacional, tem quatro fábricas em Pirapora, Sete Lagoas e Caetanópolis. No histórico mais recente com o banco, foram realizados 20 financiamentos com o BDMG que somam R$ 114,3 milhões;

"O BDMG nos ajudou em momentos cruciais de modernização, mas também em situações de crise da economia brasileira", afirma o diretor comercial da Cedro Textil, Fábio Mascarenhas. A companhia produz tecidos profissionais para uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI), além de *jeans* e brins para moda. São 70 milhões de metros de tecidos por ano que, em linha reta, correspondem a oito vezes e meia a extensão da costa brasileira.



Líder no mercado do setor têxtil nacional, a Cedro Textil tem quatro fábricas em Pirapora (foto), Sete Lagoas e Caetanópolis FOTO: DIVULGAÇÃO / CEDRO CACHOEIRA

Brasil descarta lançamento de título soberano para Amazônia

MEIO AMBIENTE Governo federal planeja financiar a proteção da maior floresta tropical do mundo por meio de seu novo programa de papéis sustentáveis

Londres - O Brasil não tem planos de lançar um título soberano dedicado à Amazônia, disse à Reuters o subsecretário de dívida pública do Tesouro Nacional, Otavio Ladeira, e, em vez disso, financiará a proteção da maior floresta tropical do mundo por meio de seu novo programa de títulos sustentáveis.

A questão de como financiar a proteção de um dos recursos naturais mais vitais do mundo se tornou cada vez mais urgente e será o foco da próxima conferência de biodiversidade das Nações Unidas a COP16, na Colômbia em outubro, além da conferência climática COP29, no Azerbaijão, em novembro.

Banqueiros levantaram a ideia de que um título dedicado à Amazônia poderia arrecadar US$ 10 bilhões ou até mais a um custo ultrabaixo para a causa, mas Ladeira disse à Reuters que isso não é necessário.

Em vez disso, o Brasil usará dinheiro de seus títulos sustentáveis, destinados a ações e projetos associados com a temática ambiental ou social, que começou a vender no mercado internacional no final do ano passado.

"Sendo regular e previsível, é melhor (optar por esse caminho) do que abrir campos diferentes, como títulos da Amazônia", disse ele, explicando que os títulos também exigem muito trabalho extra de relatórios.

"Nossa estratégia está sendo construída calmamente em termos de títulos sustentáveis. Você emite títulos sustentáveis, US$ 2 bilhões por ano, nem mais, nem menos. Uso dos rendimentos - metade ambiental, metade social", ressaltou.

Com mais de 6 milhões de quilômetros quadrados — mais da metade no Brasil — a Amazônia absorve grandes quantidades de gases de efeito estufa que causam o aquecimento global e abriga mais de 10% de todos os animais e plantas conhecidos, a maior densidade de espécies em qualquer lugar da Terra.

Uma parte do dinheiro arrecadado com esses títulos já está sendo destinada aos programas da Amazônia brasileira, disse Ladeira, embora encontrar gastos elegíveis nem sempre seja simples e o dinheiro não seja necessariamente a questão mais importante.

Em seu primeiro ano, o atual governo brasileiro reduziu o desmatamento da Amazônia em 50% simplesmente por meio de uma melhor coordenação de recursos, o que custou muito pouco, afirmou Ladeira.

Recuperação de grau - O governo também pode considerar a emissão de títulos denominados em euros se o Brasil conseguir recuperar o grau de investimento nos próximos anos.

O Brasil perdeu o cobiçado *status* conferido por agências de classificação de risco em 2015 após uma queda nos preços das commodities e um afrouxamento fiscal sob a então presidente Dilma Rousseff.

Políticas mais pragmáticas nos últimos anos sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com uma reforma tributária histórica, levaram a atualizações, mas o Brasil continua dois degraus abaixo do grau de investimento - e seus níveis de dívida ainda estão aumentando.



Otavio Ladeira aposta na emissão de títulos FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

O governo tem "uma forte determinação" de recuperar o grau de investimento até 2026, disse Ladeira. "É bom ter essa meta, esse objetivo que nos faz trabalhar duro em várias dimensões". Ele reconheceu, no entanto, que isso pode levar mais tempo.

Questionado se a potencial volatilidade do mercado em torno das eleições presidenciais dos Estados Unidos em novembro é uma preocupação para países como o Brasil, ele disse que o governo tem reservas para enfrentar qualquer turbulência.

"O montante da (nossa) dívida que está pendente no último trimestre do ano é muito pequeno", acrescentou Ladeira. "Estamos preparados", garantiu. **(Reuters)**

"Nossa estratégia está sendo construída em termos de títulos sustentáveis, US$ 2 bilhões por ano nem mais, nem menos. Uso dos rendimentos - metade ambiental, metade social"

Otavio Ladeira

Indicadores Econômicos

Dólar

		20/09/2024	19/09/2024	18/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5210	R$ 5,4240	R$ 5,4620
	VENDA	R$ 5,5210	R$ 5,4240	R$ 5,4630
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4769	R$ 5,4183	R$ 5,4761
	VENDA	R$ 5,4775	R$ 5,4189	R$ 5,4767
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5480	R$ 5,4560	R$ 5,4720
	VENDA	R$ 5,7280	R$ 5,6360	R$ 5,6520

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737
17/09 a 17/10	0,0734	0,5738
18/09 a 18/10	0,0737	0,5741
19/09 a 19/10	0,0738	0,5742

Ouro

	20/09/2024	19/09/2024	18/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.622,30	US$ 2.586,78	US$ 2.559,14
BM&F-SP (g)	R$ 461,79	R$ 450,77	R$ 452,19

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

19/09.. US$ 371.293 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7824	0,7996
COLON/COSTA RICA	35	0,3477	0,35
COLON/EL SALVADOR	40	0,0105	0,01062
COROA DINAMARQUESA	55	0,8193	0,8195
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04014	0,04023
COROA NORUEGUESA	65	0,5213	0,5215
COROA SUECA	70	0,5374	0,5376
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4909	1,4915
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,727	3,728
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4769	5,4775
DOLAR CANADENSE	165	4,0372	4,038
DOLAR DA GUIANA	170	0,02602	0,02635
DOLAR CAYMAN	190	6,5592	6,6394
DOLAR CINGAPURA	195	4,2404	4,2418
DOLAR HONG KONG	205	0,7029	0,703
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8024	0,8088
DOLAR DOS EUA	220	5,4769	5,4775
FORINT/HUNGRIA	345	0,01554	0,01555
FRANCO SUICO	425	6,4457	6,4479
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007034	0,0007038
IENE	470	0,03806	0,03806
LIBRA/EGITO	535	0,1127	0,113
LIBRA ESTERLINA	540	7,287	7,2884
LIBRA/LIBANO	560	0,0000611	0,0000612
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004212	0,0004213
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1711	0,1713
NOVO SOL/PERU	660	1,4603	1,4617
PESO ARGENTINO	665	0,06553	0,06558
PESO CHILE	715	0,005883	0,005888
PESO/COLOMBIA	720	0,001319	0,001319
PESO/CUBA	725	0,2282	0,2282
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09078	0,09137
PESO/FILIPINAS	735	0,09838	0,09843
PESO/MEXICO	741	0,2832	0,2835
PESO/URUGUAIO	745	0,1316	0,1317
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7076	0,7095
RANDE/AFRICA SUL	775	0,0026	0,002616
RENMINBI HONG KONG	796	0,7769	0,7771
RIAL/CATAR	800	1,502	1,5027
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4595	1,4598
RINGGIT/MALASIA	828	1,3009	1,3042
RUBLO/RUSSIA	830	0,0593	0,05932
RUPIA/INDIA	860	0,06557	0,06562
WON COREIA SUL	930	0,004104	0,004107
EURO	978	6,1111	6,1123

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954
14/09	0,01367554	3,05239719
15/09	0,01367554	3,05239719
16/09	0,01367554	3,05239719
17/09	0,01367598	3,05249498
18/09	0,01367642	3,05259346
19/09	0,01367687	3,05269415
20/09	0,01367731	3,05279380
21/09	0,01367775	3,05289145
22/09	0,01367775	3,05289145
23/09	0,01367775	3,05289145

Fonte: Fenaseg

TBF

14/09 a 14/10	0,7566
15/09 a 15/10	0,7952
16/09 a 16/10	0,8338
17/09 a 17/10	0,8345
18/09 a 18/10	0,8379
19/09 a 19/10	0,8391

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

sage

Dia 23

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "b"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 25

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

IOF: Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de setembro/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. Darf 5110.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. Darf 1097.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. Darf 0676.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. Darf 0668.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. Darf 5123.
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.09.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Programação gratuita na "18ª Primavera dos Museus"

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Quem gosta de conhecimento e adora desbravar um bom museu vai poder se programar para curtir este tipo de programação até o fim do mês na capital mineira. A Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte participam da "18ª Primavera dos Museus" até o dia 29 de setembro.

O evento integra o calendário anual do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e, neste ano, traz o tema "Museus, acessibilidade e inclusão". Na Capital, participam todos os cinco museus públicos municipais - Museu de Arte da Pampulha (MAP), Museu Casa Kubitschek (MCK), Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), Museu da Moda (MUMO) e Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS BH) - além da Casa do Baile - Centro de Referência da Arquitetura, Urbanismo e Design e do Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado com uma programação especial.

Os centros culturais Liberalino Alves de Oliveira, Zilah Spósito e Usina da Cultura também participam da temporada com oficinas oferecidas pelo MAP em Movimento - atividades itinerantes do Museu de Arte da Pampulha. A programação completa está disponível no Portal Belo Horizonte (*portalbelohorizonte.com.br*). Todas as atividades são abertas ao público.



Museu Histórico Abílio Barreto, na Cidade Jardim, participa da programação FOTO: DIVULGAÇÃO / RICARDO LAF

"É bom ficar de olho porque vários museus da Capital participam do evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)"

Para a "18ª Primavera dos Museus" nos espaços municipais de Belo Horizonte estão programadas atividades como: visita guiada da exposição "Clara Nunes – eu sou a tal mineira" para pessoas com deficiência visual do Instituto Corre para Ver; Roda de conversa "Acesso ao Moderno", com discussão sobre acessibilidade; Visita sensorial nos jardins modernistas projetados por Burle Marx, dentre várias outras.

Outros espaços – É bom ficar de olho porque vários museus, não só os municipais, estão participando da "18ª Primavera dos Museus".

Promovido pelo Ibram, o evento, que começou na última quinta-feira (19), ocorre anualmente no início da primavera e envolve museus e instituições culturais de todo o Brasil. É uma temporada de busca cultural que estimula a participação do público em atividades como exposições, mesas de conversa e oficinas, criando um espaço de diálogo sobre pautas relevantes da sociedade contemporânea.

ACMinas expande projeto de xadrez nas escolas públicas

IRIS AGUIAR*

O projeto da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas) para levar a prática do xadrez para as escolas mineiras está a todo vapor. O próximo passo da iniciativa vai se concretizar na próxima quarta-feira (25), com o 1º Torneio de Xadrez da Escola Municipal César Rodrigues, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), realizado em parceria com a Secretaria de Educação de Nova Lima.

O evento, que será realizado após as aulas matutinas, envolve alunos do projeto Escola Integrada e convidados, que são pais e ex-alunos, além do campeão de xadrez de Nova Lima, Pedro Faria. A Escola Municipal César Rodrigues é a segunda unidade da cidade que já vive o programa de ensino do xadrez na Escola Integrada.

O professor da modalidade na instituição, Hélio Nonato, conta que desde o início do ano a iniciativa tem ajudado os alunos da cidade. "O xadrez, além de ensinar a ganhar e perder, ou empatar, ainda trabalha com matemática, português, habilidade de falar em público, autoestima. Além disso, sempre tentamos dar mimos aos alunos para valorizar o esforço", explica o professor.

Segundo o presidente do Conselho de Educação da ACMinas, professor Antônio Cabral, o projeto partiu de uma visita a um torneio em Belo Horizonte, que foi o ponto de partida para a ideia de expandir o ensino da modalidade nas escolas mineiras, a começar pela RMBH.

"O xadrez é muito importante porque é uma atividade que desenvolve o raciocínio, a lógica e a estratégia, e também ensina o saber ganhar e perder, promove os relacionamentos e é uma atividade que acalma. Crianças e adolescentes, hoje em dia, costumam estar sempre muito agitados, além de ficarem super focados no celular, que domina as mentes e não estimula. Já o xadrez é uma atividade que desenvolve a concentração mental", explica Cabral.



Escola Municipal César Rodrigues, em Nova Lima, vai ter 1º Torneio de Xadrez FOTO: HÉLIO NONATO / ACMINAS

Prática multidisciplinar - O xadrez foi reconhecido como esporte em 1999 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e é usado em diversos ambientes educacionais para estimular o raciocínio.

O projeto da Escola Municipal César Rodrigues, por exemplo, é direcionado aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com idades entre 10 e 11 anos. Nas escolas em que atua, o professor de xadrez Hélio Nonato trabalha com estratégias para incentivar o aprendizado e o relacionamento entre os estudantes. "Orientamos que um aluno ensine o outro, e acompanhamos o desenvolvimento deles", completa.

Assim, além do espírito competitivo, o xadrez é uma prática que combina diversos saberes, trabalhando com a mente e as relações sociais entre as crianças. (***Estagiária, sob supervisão da edição)**

Orquestra Sesiminas apresenta Vivaldi

A Orquestra Sesiminas, sob a regência do maestro Felipe Magalhães, vai apresentar a obra-prima "Glória", de Antonio Vivaldi, uma das composições mais célebres do barroco italiano. O concerto será realizado na quinta-feira (26), às 20h30, no Teatro Sesiminas (rua Padre Marinho, 60 – Santa Efigênia - Belo Horizonte), e os ingressos estão à venda pelo Sympla e na bilheteria do teatro. Nesta ocasião especial, a Orquestra Sesiminas contará com a participação do Coral Lírico de Minas Gerais, proporcionando ao público uma interpretação única de uma obra composta em 1715. Segundo o maestro Felipe Magalhães, o "Glória" de Vivaldi, com seus 11 movimentos onde o coro e a orquestra se alternam com os solistas, se destaca por uma grande técnica composicional e perfeição formal, evocando emoções que variam da alegria efusiva à melancolia contida.



FOTO: DIVULGAÇÃO / ORQUESTRA SESIMINAS

Metrô: doações para Dia das Crianças

O mês das Crianças está chegando e o Metrô BH quer engajar os usuários numa campanha especial para a data. Vai ser realizada, até o dia 2 de outubro, a "Estação da Alegria", uma ação em que serão arrecadados brinquedos, novos e usados, em bom estado de conservação, para levar alegria às crianças em situação de vulnerabilidade social. A ação idealizada e realizada pela concessionária pretende arrecadar brinquedos nas Estações Vilarinho, Eldorado e Central. A instituição Villaregia Social, que fica no bairro Cinquentenário, receberá as doações. Lá são atendidas crianças de alguns bairros da região do percurso da linha 2 do metrô. Nas respectivas estações, haverá caixa de doações onde os usuários poderão depositar os brinquedos em bom estado de uso.

Cefet-MG: curso gratuito para meninas

Estão abertas até o dia 4 de outubro as inscrições para o curso gratuito do Cefet-MG "Introdução à Programação de Computadores" para meninas, ofertado pelo projeto de extensão Elas.net. O urso será na modalidade híbrida, com aulas *on-line* síncronas e aulas práticas presenciais no campus Nova Gameleira, em Belo Horizonte. A capacitação fornece anualmente uma introdução à programação de computadores exclusivamente para meninas, priorizando aquelas matriculadas no ensino médio da rede pública. Mais informações , é só acessar o seguinte site: *elasnet.cefetmg.br*.

DiariodoComercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067